



UNIVERSIDADE DE LISBOA

F a c u l d a d e d e L e t r a s

Mestrado em Ciências da Documentação e Informação

Área de Biblioteconomia

**A importância dos catálogos colectivos na disponibilização dos recursos de informação especializados: projecto de criação de um catálogo colectivo das bibliotecas do antigo Ministério da Cultura**

Maria Manuela Moreno Louro Martins Moreira

Lisboa

Setembro 2012

**A importância dos catálogos colectivos na disponibilização dos recursos de informação especializados: projecto de criação de um catálogo colectivo das bibliotecas do antigo Ministério da Cultura**

Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Documentação e Informação.

Área de especialização: Biblioteconomia

Orientador: Prof. Doutor Paulo Jorge Farmhouse  
Simões Alberto

Co-orientadora: Dr.<sup>a</sup> Maria Margarida Barbosa de  
Carvalho Pino

Lisboa

Setembro 2012

## Ficha Técnica

**Autor** Maria Manuela Moreno Louro Martins Moreira  
**Orientador** Prof. Doutor Paulo Jorge Farmhouse Simões Alberto  
**Co-orientadora** Dr.<sup>a</sup> Maria Margarida Barbosa de Carvalho Pino  
**Título** A importância dos catálogos colectivos na disponibilização dos recursos de informação especializados: projecto de criação de um catálogo colectivo das bibliotecas do antigo Ministério da Cultura  
**Local** Lisboa  
**Ano** 2012

### Catálogo na Publicação

MOREIRA, Maria Manuela Moreno Louro Martins, 1966-

A importância dos catálogos colectivos na disponibilização dos recursos de informação especializados : projecto de criação de um catálogo colectivo das bibliotecas do antigo Ministério da Cultura / Maria Manuela Moreno Louro Martins Moreira ; orientado por Paulo Jorge Farmhouse Simões Alberto, Maria Margarida Barbosa de Carvalho Pino. - Lisboa : [s.n.], 2012. - Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- I. ALBERTO, Paulo Jorge Farmhouse Simões, 1959-
- II. PINO, Maria Margarida Barbosa de Carvalho, 1947-

LCSH:

- 1. Catálogos Colectivos - Portugal
- 2. Recursos de Informação - Portugal
- 3. Cultura - Recursos Bibliográficos

- 1. Union Catalogs - Portugal
- 2. Information Resources - Portugal
- 3. Culture - Library Resources

LCC:

- 1. Z695.83.M67 2012

CDU:

- 1. 017.11(469)(043)

## SUMÁRIO

Sumário .....	1
Resumo.....	3
Abstract.....	4
Agradecimentos .....	5
Introdução .....	6
1. O estado actual dos catálogos em linha .....	9
1.1. Definição e evolução do conceito de catálogo .....	9
1.2. Automatização dos catálogos .....	32
1.3. Características dos catálogos colectivos .....	39
1.4. Catálogos colectivos em Portugal .....	41
1.5. Catálogos colectivos em Espanha .....	44
2. As redes nas estruturas da administração pública portuguesa .....	48
2.1. Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas .....	48
2.2. Rede Portuguesa de Arquivos .....	49
2.3. Rede Portuguesa de Museus .....	50
3. Caracterização dos serviços responsáveis pela cultura, na administração pública central.....	52
3.1. Portugal: Presidência do Conselho de Ministros (PCM) .....	52
3.1.1. Organograma .....	54
3.2. Espanha: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (MECD) .....	54
3.2.1. Organograma .....	56
4. Metodologia do projecto de dissertação .....	57
4.1. Métodos utilizados .....	57
4.1.1. Inquérito por questionário .....	57
4.1.2. Análise <i>SWOT</i> .....	58
4.2. Resultados apurados.....	59
4.2.1. Recolha e tratamento de dados do questionário .....	60
4.2.2 Análise <i>SWOT</i> .....	61
5. Projecto de criação do catálogo colectivo da área da cultura .....	64
5.1. Conceitos e práticas em Portugal e em Espanha .....	64
5.1.1. Conceitos.....	64
5.1.2. Práticas.....	67
5.2. Necessidades e conteúdos a considerar .....	75
5.2.1. Necessidades .....	75
5.2.2. Conteúdos.....	76

5.3. Implementação do projecto.....	79
5.3.1. Objectivos .....	79
5.3.2. Aprovação.....	80
5.3.3. Calendarização.....	81
5.3.4. Apresentação do Catálogo Colectivo das Bibliotecas do antigo Ministério da Cultura .....	81
6. Conclusões .....	82
Referências.....	85
Bibliografia .....	90
Apêndices.....	96
Anexos.....	97

## RESUMO

**Título:** A importância dos catálogos colectivos na disponibilização dos recursos de informação especializados: projecto de criação de um catálogo colectivo das bibliotecas do antigo Ministério da Cultura

**Resumo:** A presente dissertação tem como objectivo uma proposta para criação de uma ferramenta de pesquisa extensiva ao universo das bibliotecas da área da Cultura que integravam a estrutura do extinto Ministério da Cultura.

A multiplicidade de temáticas que envolvem os diferentes serviços daquele Ministério obriga à pesquisa unidade a unidade, dada a variedade de bibliotecas envolvidas. Pretendemos com este projecto a implementação de uma ferramenta, através da pesquisa federada, extensiva a todas as bibliotecas dependentes do antigo Ministério da Cultura, extinto em 2011.

**Palavras-chave:** Catálogos Colectivos - Portugal  
Recursos de Informação - Portugal  
Cultura - Recursos Bibliográficos

## ABSTRACT

**Title:** The importance of union catalogs in accessing specialized information resources: project of designing and implementation of a union catalog combining all the libraries within the former Ministry of Culture.

**Abstract:** The purpose of this dissertation is to design a research tool available to all the libraries included in the former Ministry of Culture.

So far, each user looking for a subject had to search through different information units. The purpose of this work is to organize and develop a union catalog that will enable every user to search the widest range of resources by a single click, through federated search, in the libraries belonging the former Ministry of Culture, extinguished at 2011.

**Keywords:**

- 1 - Union Catalogs - Portugal
- 2 - Information Resources - Portugal
- 3 - Culture - Library Resources

## AGRADECIMENTOS

Não queria deixar de manifestar os meus agradecimentos:

- ao meu orientador, Prof. Doutor Paulo Alberto, e à minha co-orientadora, Dra. Margarida Pino, pelo acompanhamento e pela disponibilidade em todo este processo;
- aos amigos e colegas Helder Machado, Ana Madureira, Fernando Moser, Tiago Grilo, André Costa, Cíntia de Sousa e António Sá Santos, pela ajuda e colaboração preciosas;
- à minha mãe, que enfrentou muitas ausências e custeou grande parte deste processo;
- e a todos aqueles que, embora não nomeados, fazem parte da minha vida e estiveram comigo durante o desenvolvimento deste trabalho.



## INTRODUÇÃO\*

Propomo-nos apresentar com esta dissertação um projecto de catálogo colectivo em linha que, à imagem do que se verifica no Ministerio de Educación, Cultura y Deporte de Espanha, visa incluir os catálogos das bibliotecas do extinto Ministério da Cultura, actualmente na dependência da Presidência do Conselho de Ministros.

Situamo-nos, pois, no epicentro das novas tecnologias – a *web* -, inegavelmente o “admirável mundo novo” de Aldous Huxley, onde estão representados variados domínios da actividade humana, designadamente no que à investigação diz respeito.

Entendemos pertinente fixar dois pontos de abordagem e de observação:

1. O do utilizador (todo e qualquer indivíduo que busca informação) que consulta catálogos em linha sobre as respectivas bibliotecas, nos sítios e portais da internet;
2. O do técnico especializado na área da informação.

Colocando-nos no papel de utilizador, verificámos com agrado, no caso de Espanha, haver uma amplitude e um desenvolvimento nesta área muito estimulantes, nomeadamente no âmbito dos organismos da administração pública. Sublinhamos, contudo, que é grato constatar a existência em Portugal de bibliotecas exemplares no que diz respeito a esta matéria.

Reconhecido internacionalmente o desenvolvimento espanhol nesta área, deverá, pois, o seu exemplo constituir um benefício, também para o nosso

---

\* Na redacção da presente dissertação optou-se pela grafia anterior ao Acordo Ortográfico de 1990.

país, dada a proximidade geográfica, cultural e identitária, a que acrescem um exercício activo de cooperação entre os dois “vizinhos”, uma reciprocidade profícua em inúmeros campos de actividade, um fértil e ancestral trânsito diplomático, só para citar algumas fortes e estimulantes razões, propiciadoras de uma interacção, também e preferencialmente, na área a que dedicamos a nossa investigação e este trabalho: a informação.

No caso mais particular da administração pública, esta reciprocidade será seguramente vantajosa para a agilização da informação nos organismos de cada um dos países, de *per se*, e de ambos, enquanto espaço ibérico e, bem assim, da relevância deste no âmbito europeu. Acreditamos, pois, que na interacção Portugal/Espanha se potencia a qualificação e a optimização da informação e, conseqüentemente, do indivíduo, habilitando-o – mais e melhor - para o exercício da cidadania, numa sociedade que se pretende, cada vez mais, no pleno uso dos direitos democráticos.

Nos diversos portais e sítios que consultámos nas bibliotecas espanholas, chamou a nossa atenção a quantidade, diversidade e qualidade da informação disponíveis, nomeadamente no que diz respeito a legislação, organogramas, apresentação dos serviços e respectivos contactos, mapas de localização e *links* disponibilizados. Sendo a estrutura da administração pública central daquele país comparável, de certo modo, à portuguesa, embora com as especificidades próprias das suas autonomias regionais, parece-nos um exemplo a acompanhar e assimilar, com o propósito de otimizar os serviços envolvidos, por entendermos ser pedagógico o trânsito de reciprocidade e interacção.

Assim, de cá para lá, estamos certos de que há práticas, exemplos e programas a “exportar”, matéria também a pedir pesquisa, análise e conseqüente impulso.

Nos últimos tempos, assistimos a um incremento considerável e qualificado na produção científica na área da informação, a nível nacional, europeu e mesmo mundial, o qual deverá favorecer a qualificação e a quantificação de catálogos

que confluirão, necessariamente, para um mais amplo e abrangente catálogo colectivo na área da cultura.

É neste espírito de cooperação, de pesquisa e de efectivação de novos programas e intercâmbios que pretendemos desenvolver o propósito deste trabalho, contribuindo, deste modo, para a multiplicação dos recursos e das competências, de que sem dúvida resultarão benefícios.

Hoje, graças à facilidade do acesso à *web*, cada vez mais amigável e, por isso, mais inclusiva do cidadão, a disponibilização da informação, o seu aprofundamento e inter-relacionamento são o objectivo primacial das organizações, valorizando-as e fertilizando o seu capital de dados e de saber de que a sociedade beneficiará.

## 1. O ESTADO ACTUAL DOS CATÁLOGOS EM LINHA

### 1.1. DEFINIÇÃO E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE CATÁLOGO

A palavra catálogo, derivada do grego *katálogos*, significa lista e constituía o registo dos cidadãos inscritos para prestar serviço militar<sup>1</sup>.

Maria Isabel Faria define-o como “documento secundário que apresenta e descreve documentos reunidos permanente ou temporariamente”<sup>2</sup>.

Eugene R. Hanson afirma que o catálogo da biblioteca é uma das várias acepções de bibliografia, sendo habitualmente considerado como a lista das existências dessa mesma biblioteca<sup>3</sup>.

Actualmente, o catálogo é como que uma porta de entrada para as bibliotecas, na medida em que é através dele que acedemos à informação que procuramos.

Desde o seu aparecimento, e durante bastantes séculos, as preocupações das bibliotecas diziam respeito às questões mais práticas, como sejam as existências de manuscritos e a sua conservação, pelo que só no século XX é que os catálogos adquirem a importância devida.

Os primeiros vestígios de escrita documentados são oriundos da antiga Mesopotâmia, remontando a 3000 a.C. Correspondiam ao registo de transacções administrativas e económicas, tendo sido inscritos em placas de argila, tal como os primeiros catálogos. Inicialmente, pensou-se tratar de textos literários. Samuel Noah Kramer<sup>4</sup>, depois de ter analisado o conteúdo de algumas placas de argila, concluiu que nelas não se encontravam textos unitários mas sim listas de títulos de obras literárias sumérias, remontando a

---

<sup>1</sup> Machado, José Pedro – Dicionário etimológico da língua portuguesa, p. 95.

<sup>2</sup> FARIA, Maria Isabel [et al.] - Dicionário do livro, p. 226.

<sup>3</sup> HANSON, Eugene R. [et al.] – Catalogs and cataloging, p. 431.

<sup>4</sup> KRAMER, Samuel Noah – A história começa na Suméria, p. 263-268.

cerca de 2000 a.C. As placas sumérias, além da lista de títulos a que reportavam, referiam igualmente o número de placas existentes com textos escritos, a dimensão desses textos e as partes em que se dividiam.

Do Antigo Egito, chegaram-nos catálogos escritos em rolos de papiro, bem como uma lista de livros gravada numa parede. Presume-se que na Biblioteca de Alexandria terá existido um catálogo extensivo redigido por Calímaco, considerado o primeiro catalogador, por volta do século III a.C. Compreenderia cerca de 120 volumes, embora tenham sobrevivido escassos fragmentos. Ainda hoje subsiste a dúvida sobre se esta obra corresponderia a uma bibliografia ou a um catálogo.

Da Grécia e de Roma chegaram até nós poucas referências sobre esta matéria, sendo que os catálogos correspondiam, sobretudo, a listas de existências.

Na antiga Grécia, os primeiros catálogos eram divididos por categorias, com assuntos genéricos, tendo uma forma de apresentação que lembrava uma lista de existências. A designação das obras pelo título não era uma prática corrente, sendo que as primeiras palavras do texto eram utilizadas para caracterizar a obra em questão. A tradição grega de citar os seus autores, sem outra referência adicional, levou a que a contribuição desta civilização para a construção dos catálogos se centrasse na utilização do conceito de autor, ao contrário da tradição oriental, que descrevia as obras pelo título.

No período romano, muitas das bibliotecas existentes estavam associadas aos templos. Nas suas colecções, tal como na vivência cultural de um modo geral, predominava a influência grega. Os catálogos eram escritos em rolos distintos, conforme se tratava de autores latinos ou de autores gregos. Em ambas as situações, os catálogos eram divididos por assuntos genéricos, presumindo-se que incluíam todas as obras de um determinado autor, de acordo com a sua relevância. Quanto à sua tipologia, existiam catálogos classificados e catálogos bibliográficos. Em ambas as categorias se verificavam as mesmas características: era referido o título e/ou as primeiras palavras das obras, as

suas dimensões e, por vezes, dados biográficos relativos aos respectivos autores.

Nos primórdios do Cristianismo enquanto “religião oficial”, a partir do século IV, não se verificaram novidades no que diz respeito aos catálogos. No plano cultural, destacaram-se as obras dos padres da Igreja, que muitas vezes foram equiparadas às dos autores gregos e romanos no que diz respeito ao impacto provocado pela sua divulgação.

À medida que o cristianismo vai adquirindo o estatuto de religião oficial, assiste-se à decadência das bibliotecas. No século IV, Constantinopla é a capital do Império Romano do Oriente, cruzamento de diversas culturas, religiões e povos, o que potenciou a continuidade de várias matrizes culturais. As bibliotecas de Roma, já caída, sofrem, conseqüentemente, a concorrência das colecções financiadas pelos vários imperadores até à conquista da capital pelos turcos, em 1453. As grandes bibliotecas começam a ser negligenciadas, num cenário inerente à desagregação do Império. São escassas as que sobrevivem, pela dispersão dos manuscritos e pelas razias feitas nos templos. A queda do Império Romano do Oriente leva à fragmentação de muitas colecções chegando à destruição deliberada das suas obras.

Nos dez séculos seguintes, as bibliotecas do mundo ocidental caracterizaram-se como detentoras de pequenas colecções de manuscritos muito semelhantes entre si, confinadas sobretudo aos mosteiros.

Os manuscritos tinham uma importância maior na vida monástica. Era pela leitura e pela meditação que os religiosos organizavam o seu quotidiano na procura de Deus, pelo que a palavra escrita correspondia à forma de os homens de aproximarem da entidade divina. Os mosteiros foram, durante séculos, os principais centros de educação, de produção e de conservação de manuscritos. Os catálogos eram, ainda e também, os inventários das suas existências, antigas e actuais.

Os catálogos não eram organizados pelo título das obras neles incluídas, mas pela ordem de importância das obras de cariz religioso. Os textos de carácter secular eram deixados para segundo plano.

Muitos títulos permaneciam omissos nos catálogos, dada a prática corrente de se encadernarem várias obras do mesmo autor num só volume. Igualmente havia a prática de juntar obras de autores diferentes sobre o mesmo assunto, num mesmo conjunto, como medida economicista.

O período dos primeiros catálogos de mosteiros e catedrais pode caracterizar-se como rudimentar quanto à metodologia utilizada. Estes catálogos não passavam de simples listas, por vezes sem qualquer tipo de ordem ou sequência. Os manuscritos eram classificados de forma genérica e consistiam sobretudo em escrituras e comentários, actas de concílios e sínodos, homilias e epístolas, relatos de martírios e literatura secular. Esta era subdividida noutra classe, que por sua vez se dividia de acordo com as sete artes liberais: gramática, retórica, lógica, aritmética, geometria, música e astronomia.

À medida que as colecções cresciam em dimensão, eram atribuídos outros critérios de arrumação aos textos, como por exemplo, por ordem de aquisição ou pela sua dimensão.

No século XII, os catálogos continuam a ser elaborados da mesma maneira. Ao nome dos autores era acrescentado um título curto, frequentemente com as primeiras palavras do texto, e, por vezes, referência às condições físicas e número de assuntos abordados no volume. As primeiras palavras do texto são utilizadas para os distinguir, pois muitas vezes as obras em referência eram anónimas, ou tinham títulos iguais ou semelhantes. A informação que estes catálogos prestavam era tão escassa que, em muitas situações, só faziam sentido na própria biblioteca a que se referiam.

No século seguinte, os catálogos continuam a ser elaborados com títulos curtos e com as palavras iniciais do texto. Destaca-se o catálogo de Glastonbury, de 1247, que utilizava uma forma de arrumação curiosa. Os livros de autores

pouco conhecidos eram descritos por assunto, ao passo que aqueles que tinham uma autoria reconhecida eram referidos pelo autor.

A primeira tentativa de catálogo colectivo terá surgido na Inglaterra, com o *Registrum librorum angliae*. Redigido na segunda metade do século, incluía as existências de 183 bibliotecas de mosteiros. Presume-se que não terá sido concluído.

A referência mais antiga, no que diz respeito a catálogos de bibliotecas universitárias, remonta a 1289, mais precisamente à Sorbonne. À época, a sua biblioteca possuía mais de 1000 títulos em latim e escassos exemplares em francês, distribuídos por dez classes: as sete artes liberais, teologia, medicina e direito. Os autores estavam distribuídos alfabeticamente dentro de cada classe, seguindo-se o título e as primeiras palavras do texto.

No século XIV verifica-se uma abundância na produção de catálogos, embora com poucas inovações. A arrumação por assunto é já uma prática frequente. O catálogo da igreja de Canterbury foi o primeiro a adaptar a ordem alfabética sob um cabeçalho por assunto – teologia. À época, surge um sistema de marca de imprensa, bem como uma tentativa, infrutífera, de enumerar as obras contidas em cada volume. Era habitual a existência de várias obras em cada volume, sob uma mesma encadernação, embora seja difícil apurar quantas e quais seriam.

Em 1398, no priorado de Saint Martin, em Dover, terá surgido o primeiro catálogo como hoje o entendemos. Dividia-se em três partes:

- a primeira seria para utilização do bibliotecário, com uma lista de existências;
- a segunda era um duplicado da lista de existências, acrescido da enumeração das obras contidas em cada volume;



- a terceira correspondia a um índice analítico-alfabético em bruto, concebido para indicar a localização das obras individuais que se encontravam num determinado volume.

O catálogo da abadia de Meaux, igualmente do final do século, destacou-se por descrever a localização das estantes em que as obras se encontravam arrumadas. Tinha outra característica particular, a existência de uma introdução, onde eram descritas as origens do próprio catálogo.

Os catálogos deste século eram pouco mais do que listas de inventário, organizados por classes genéricas, onde as obras estavam referidas pela sua localização nas estantes. No entanto, dadas as limitações inerentes a esta organização, havia necessidade de métodos auxiliares que facilitassem a arrumação física das obras, bem como a sua localização. Desta forma, as bibliotecas vão desenvolvendo formas próprias de arrumação, através de letras e números, quer romanos, quer árabes. Os catálogos de Dover e de Durham colocam as palavras iniciais da segunda folha da obra como cota, prática que se impôs nos séculos seguintes.

Na Grã Bretanha, as ordens religiosas decaem durante o reinado de Henrique VIII, e as preciosas colecções de livros que detinham são dispersas por bibliotecas privadas e universitárias.

As grandes alterações na ordem social, económica e cultural dos séculos XV e XVI tiraram a primazia à Igreja católica. Deixando de ser a ordem dominante, também as elites políticas e sociais passam a ser dominadas por outras formas de estar em diversos países, com destaque para a cultura anglo-saxónica, de orientação protestante/anglicana.

Com o aparecimento dos caracteres móveis, a imprensa adquire grande desenvolvimento, que se traduz num elevado número de cópias das obras produzidas e distribuídas. O manuscrito em pele, cuja produção era lenta e dispendiosa, deixa de ser a espécie dominante para dar lugar a livros mais baratos, logo, de mais fácil circulação.

À medida que as bibliotecas se desenvolvem, a sua organização evolui também. No início do século XV, John Boston elabora o *Catalogus Scriptorum Ecclesiae*, que inclui uma lista de 700 nomes de autores, em detrimento dos 85 da versão anterior. Este catálogo incluía existências de outras bibliotecas, bem como cotas e informação biográfica relativa a diversos autores.

Igualmente no início do século é produzido um catálogo interessante. Era relativo a uma biblioteca particular, de Amplonius Rating de Berka, que se destacou pela sua classificação. Estava organizado por assuntos genéricos como sejam a gramática, a poesia, a lógica, a retórica, a matemática, a filosofia natural, a metafísica, a filosofia moral, a medicina, o direito e a teologia. O conteúdo de cada volume era descrito, por vezes através de dez ou mais assuntos.

O catálogo mais importante do século foi publicado em 1497, pela Biblioteca de Santo Agostinho, na Cantuária. Constava de três partes:

- a primeira correspondia a uma lista com a indicação exacta de onde se encontrava arrumada a obra, ou o nome da pessoa que a tinha levado emprestada, se fosse o caso;
- a segunda constava de uma lista, alfabética, de todas as existências da biblioteca, com referência à página do catálogo onde estavam todas as entradas e as marcas de imprensa;
- a terceira seria a parte principal do catálogo; descrevia as obras da colecção, sendo que no final continha a indicação do título, o nome da pessoa que a ofereceu, os títulos de outras obras eventualmente incluídas no volume, as primeiras palavras do segundo título e as marcas de imprensa.

A grande inovação do século XV consistiu na alteração da organização bibliográfica. Até então, predominavam os índices organizados por título, sendo que a partir desta altura começam a ser organizados por autor.

No final do século destaca-se o papel de Johann Tritheim. Responsável pela organização e catalogação da biblioteca do mosteiro de Sponheim, elaborou uma bibliografia de autores religiosos, concluída em 1494. A *Liber de scriptoribus ecclesiasticis* incluía 277 volumes e cerca de 7000 obras, bem como um índice alfabético de autores, organizado cronologicamente. Foi o trabalho deste autor o responsável pela definição dos conceitos de autor principal e de entradas.

No século XVI, continuamos a assistir à existência dos catálogos enquanto meros inventários. Alguns, como o de Dover, iam mais longe ao incluir uma lista de analíticos. A importância de excertos significativos dos textos a que se referiam era visível em muitos catálogos, embora ainda estivesse longe de ser uma prática.

Neste período destacaram-se dois catálogos. O primeiro foi o catálogo de Sion, em 1526, que foi dos primeiros a incluir um índice alfabético de autores. Estava organizado por assuntos, sendo que a secção principal tinha letras do alfabeto a separar os assuntos. Esta organização, aliada à numeração árabe, correspondia já a um verdadeiro sistema de cotas. Incluía ainda a referência ao doador da obra, as primeiras palavras das restantes obras incluídas nos volumes e entradas abreviadas. O segundo catálogo que se evidenciou, publicado em 1558 pela biblioteca do mosteiro de Bretton, destacou-se por impor os nomes dos editores e dos tradutores como entradas.

Nomes como Konrad Gesner, Florian Tremler e Andrew Maunsell destacam-se nesta época.

Gesner, em meados do século publica, em Zurique, a *Bibliotheca universalis sive Catalogus omnium scriptorum locupletissimus in tribus linguis, latina, graeca et hebraica*, um dicionário bibliográfico internacional em vários volumes.

Inclui uma lista de autores latinos, gregos e judeus, escritos com o nome próprio em primeiro lugar; outra lista, com os mesmos nomes organizados de forma invertida, bem como os diversos títulos organizados por cabeçalhos de assunto. Este autor também teve outras preocupações, como a arrumação dos volumes nas estantes, que defendia dever ser feita sobretudo pela dimensão, e só depois por outros critérios.

Treflerus, um monge beneditino, destacou-se por ter, em meados do século, defendido a necessidade de cinco tipos de catálogo:

- um primeiro, disposto alfabeticamente pelo nome do autor;
- um segundo, organizado por classes ou pela ordem de arrumação nas estantes;
- o terceiro seria um índice de assuntos extensivo a toda a colecção;
- o quarto corresponderia ao índice alfabético do terceiro;
- o quinto funcionaria como uma espécie de lista de reservas, atendendo à antiguidade e ao estado de conservação das obras.

Sugeriu, ainda, a utilização de sinais nas estantes relativos à dimensão física das obras e aos assuntos nelas abordados, designados pelas primeiras 17 letras do alfabeto.

Em 1595, Maunsell publica o *Catalogue of english printed books*, em que introduz algumas novidades significativas:

- os livros devem ser ordenados pelo apelido do autor, e não pelo nome próprio;
- os livros de autores desconhecidos serão descritos pelo título ou pelo assunto, e até por ambos, quando necessário;

- os manuscritos e os livros impressos deverão ser descritos de forma diferente;
- os nomes dos autores, dos impressores e dos livreiros, os títulos, a data de publicação e o formato, além de outras características, deverão ser transcritos de forma clara;
- quando a entrada é feita pelo assunto, deve utilizar-se uma remissiva para a entrada principal.

No início do século XVII, os catálogos continuam a ser produzidos como listas de existências, embora as classificações por tamanho e por assunto vão ganhando terreno. A ideia de pesquisa já se vislumbra, com a utilização de índices por autor. O aparecimento dos catálogos impressos é uma inovação deste período, substituindo os manuscritos.

O número de bibliotecas continua a aumentar. Homens como Thomas Bodley, Thomas James, Gabriel Naude, John Dury, Adrien Baillet e Frederic de Rostgaard destacam-se pelos importantes contributos prestados nesta área.

Bodley e James publicaram, em 1620, um catálogo organizado pelos apelidos dos autores e, no caso de obras anónimas, pela primeira palavra do título ou pela mais apelativa. Foram considerados pioneiros por terem imposto a uniformização dos cabeçalhos por assunto. Numa edição posterior, datada de 1674, as obras de autores anónimos passaram a ser feitas numa das seguintes formas:

- no caso de obras muito consultadas, por cabeçalhos seleccionados;
- em trabalhos menos consultados, pelo local da edição;
- pela biografia;
- pela palavra mais significativa do assunto.

A uniformização dos diversos nomes pelos quais alguns autores eram conhecidos correspondeu ao primeiro princípio da moderna catalogação.

O catálogo da coleção Lumley foi compilado em 1609 por Anthony Alcock. Incluía referências de 2500 livros impressos e 400 manuscritos, distribuídos por oito classes, ao que se anexava um índice alfabético de autores.

O catálogo da biblioteca da universidade de Sion, datado de 1650, foi um dos mais antigos a dispor os nomes dos autores juntamente com assuntos. Os cabeçalhos de assunto e os apelidos dos autores eram impressos em itálico, juntamente com a indicação da estante em que se encontravam e a posição ocupada pela obra na prateleira.

Naude defendeu a ideia de que os catálogos deveriam conter duas partes, a saber:

- uma parte incluindo classes (moral, ciências e devoção) e faculdades (teologia, medicina, direito, matemática, humanidades, etc.), com subdivisões;
- outra parte, correspondendo a um catálogo alfabético de autores.

Este autor defendeu a necessidade de uma classe genérica, criticou o acesso único de alguns catálogos, tendo, ainda, sublinhado a importância da disposição sistemática em vez da posição fixa.

Em 1650, Dury publicou um folheto sobre economia biblioteconómica. Na sua concepção, um catálogo deveria dividir-se por ciências (classes ou assuntos) e línguas. Preconizou que os catálogos deveriam ter espaço para neles se incluir a localização das obras a incorporar posteriormente, e que nas estantes também deveria ser previsto espaço para as novas aquisições. Defendia a publicação de suplementos com periodicidade anual, e que as publicações

oriundas do estrangeiro também deveriam ser incluídas em suplementos, a publicar a cada três anos. A aquisição através de permuta e a consulta aos professores das universidades, no que diz respeito à selecção das aquisições e à catalogação, foram outras das suas preocupações.

Baillet destacou-se por duas iniciativas: pela compilação do catálogo da biblioteca de Lamoignon, em 1682, e pela formulação de regras para as entradas e para o catálogo alfabético. Defendeu a utilização de classes principais na arrumação das estantes, que por sua vez se dividiriam por ordem geográfica, cronológica, e outras; a utilização massiva de entradas cruzadas; a importância do índice por assuntos para a melhor abordagem à colecção; a necessidade de um índice alfabético com os apelidos dos autores; etc.

Rostgaard, um coleccionador de livros, publicou no final do século um catálogo em cujas páginas estavam dispostas colunas. Nelas, as entradas estavam descritas por ordem cronológica, sendo cada uma acompanhada por um número e uma letra relativos ao assunto. Igualmente escreveu sobre os índices alfabético de assuntos e de autores por apelido, com referência à dimensão, número de acesso e assunto das obras em questão.

No século XVIII assistiu-se ao aumento do número de bibliotecas públicas, privadas e universitárias. As publicações periódicas são já o principal instrumento de divulgação da informação científica, tendo tomado a vez das monografias.

Na catalogação verificaram-se poucos progressos, sendo que a entrada por autor e a dimensão dos volumes se tornaram na forma mais comum de descrever as obras. Por vezes eram igualmente descritas pelo assunto, embora associado a um dos outros dois *itens*.

Nos catálogos por autor, a ordem cronológica foi mais utilizada que a ordem alfabética de títulos. A extensão da descrição era variável, tendo sido o catálogo da Friend's Library o primeiro a incluir o número de páginas. A forma

invertida dos nomes dos autores vai-se tornando prática corrente nos catálogos.

Nas entradas, é acrescentada informação considerada essencial. Assim, no Friend's Library, em 1708, elementos como o local de nascimento, morada e data de morte do autor passam a ser acrescentados, bem como informação relativa à edição e à extensão dos trabalhos em questão.

O primeiro catálogo impresso nos E.U.A. data de 1723, tendo sido editado na universidade de Harvard. Era organizado de acordo com a dimensão das obras referidas, com subdivisões por autor e palavras retiradas do título, no caso de obras anónimas. Tinha ainda a função de inventário, além da preocupação da sua divulgação no estrangeiro.

O catálogo da biblioteca da universidade de Sion tem nova edição em 1724, desta vez organizado por classes. Estas eram designadas por letras, que não designavam necessariamente assuntos, tendo sido mais uma indicação dos livros existentes e seu conteúdo.

É publicada a quarta edição do catálogo de Bodley, em 1738. É mantida a apresentação alfabética pelos nomes dos autores, quando conhecidos, e com palavras retiradas do título, no caso das obras anónimas, que por sua vez são subdivididas por ordem cronológica. O nome do impressor também passa a ser um dos elementos referidos.

Em 1743, é publicado na universidade de Yale um catálogo inovador. As obras da colecção eram descritas até um máximo de cinco assuntos, para a melhor percepção do seu conteúdo. Era composto por três partes:

- lista das existências de manuscritos;
- lista alfabética de autores;



- lista destinada aos alunos, dividida em 23 classes e respectivas subdivisões.

O catálogo de Chetham, de 1791, estava dividido por classes, a saber: teologia, direito, história, literatura humanística, ciência e artes, classes estas que, por sua vez, tinham subdivisões.

Inicialmente inventários de existências, os catálogos foram-se desenvolvendo até corresponderem a sistemas com classes principais e subdivisões. Na Philadelphia Library Company, em 1789, a classificação é dividida em três categorias, que depois se subdividem em 31 subclasses, e que por sua vez se subdividem, de acordo com a dimensão das obras.

O primeiro exemplo conhecido de catálogo em fichas é o Índice Geral das Publicações da Academia das Ciências de Paris, publicado em 1775. Igualmente de Paris, o código publicado em 1791 traz uma importante inovação. Incluía regras simples no sentido da organização, começando pela arrumação e numeração. Previa um número de acesso às obras; o título exacto das mesmas, excepto se fosse muito extenso; a edição; a dimensão; e características particulares. Destacou-se, ainda, por sugerir que os catálogos deveriam assumir a forma de fichas, no formato das cartas de jogar ou pedaços de papel. Em 1794, estavam já compilados um milhão de fichas de catálogo, correspondentes a três milhões de volumes.

No início do século XIX, os catálogos ainda mantêm as características de listas de existências. Foram publicadas várias obras fundamentais na Grã-Bretanha, em França e nos E.U.A., começando pelo British Museum e culminando na obra de Charles Ammi Cutter, *Rules for a printed dictionary catalog*, em 1876. Foi a época dourada do catálogo impresso, até ao início do século XX, quando é ultrapassado pelo catálogo de fichas.

Em Portugal, Silvestre Pinheiro Ferreira publicou, em 1802, *Ideas sobre a mais vantajosa organização de hum catalogo e sobre o modo de arranjar huma*

*livraria*, que corresponde a uma das mais antigas obras nacionais sobre a matéria.

Em 1810, Jacques-Charles Brunet publicou uma bibliografia classificada de livros vocacionada para livreiros e coleccionadores privados. Consistia num índice alfabético de autores, com um catálogo alfabético de entradas abreviado em anexo.

Em 1816, é publicado um catálogo pela Society of Antiquaries of London, que foi considerado o primeiro de tipo dicionário. Tinha entradas duplas, na mesma sequência alfabética, incluindo palavras significativas ou relativas aos assuntos abordados, quer em obras anónimas, quer nas de autores expressos.

Em 1824, Robert Watt publicou a *Bibliotheca Britannica*. Corresponhia a uma bibliografia com uma lista alfabética de autores e outra de assuntos. Destacou-se ao afirmar que a página de rosto não era a única fonte de informação para a elaboração dos cabeçalhos por assunto, tendo, desta forma, prestado um elevado contributo na forma como a indexação passou a ser feita.

Os catálogos por classes voltam a ser utilizados, mas agora com tabelas de classificação sistematizadas.

O. A. Taylor elabora um catálogo para a Andover Theological Seminary, em 1838, que foi considerado um dos melhores da época. Incluía dois catálogos alfabéticos distintos, um de autores e outro de assuntos, embora este último não tenha sido concluído. Neste projecto teve a colaboração de Charles Jewett, na altura estudante, mas que mais tarde se destacará com trabalhos próprios nesta área.

Panizzi publica as *Ninety-one Rules* em 1841, que consistiu numa compilação de 91 regras de diversos autores. Destacou-se por ser a primeira tentativa de compilar um catálogo por autor com uma estrutura lógica para as referências cruzadas. A obra foi a base de vários códigos publicados posteriormente, sobretudo nos países anglófonos.

Ezra Abbot, numa obra de 1853, publicada pela universidade de Cambridge, altera radicalmente o conceito de autoria. Defende que, no caso das obras anónimas, a primeira palavra do título seja considerada, desde que não seja um artigo ou uma preposição. Já as empresas deverão entrar pelo nome; os periódicos, pelo título; e as colecções, pela editora.

Sampson Low publica, no ano seguinte, o *Index to the titles for the British Catalogue of books published in 1854*, em que os títulos são ordenados alfabeticamente, e não por classes.

No mesmo ano, nos E.U.A., Frederick Poole compila um catálogo alfabético para a Boston Mercantile Library, em que autores, títulos e assuntos se encontram na mesma sequência, sendo que cada obra era descrita numa única linha. Foi um dos primeiros catálogos condensados, concebido para dar resposta ao problema dos custos elevados das versões impressas, geralmente muito extensas.

Jewett edita um catálogo para a Boston Public Library, em 1858. Neste, as entradas por título são mantidas, embora com a utilização de descritores e de entradas duplas, por forma a permitir a localização dos vários conceitos presentes nas obras.

Abbot volta a publicar, em 1861, uma obra marcante, desta vez na universidade de Harvard. Na biblioteca daquela universidade, os catálogos de fichas eram considerados instrumentos de trabalho preciosos pelos seus funcionários.

Nos E.U.A., o primeiro catálogo de fichas destinado aos utilizadores foi produzido na Philadelphia Library Company, em 1857. A Boston Public Library, em 1871, continua com este formato, disponibilizando um catálogo vocacionado para o público, com duas varetas no topo de cada gaveta, por forma a manter as fichas ordenadas.

Em Harvard, pela primeira vez num catálogo de assuntos, são utilizados cabeçalhos de assunto retirados do conteúdo da obra, e não do título.

Cutter defende as entradas por autor, assunto, título e formato. A utilização de palavras significativas no título das obras anónimas continua a ser prática corrente, tendo este autor defendido a sua aplicação relativamente a todas as obras, e não apenas nas anónimas. Na obra atrás referida<sup>5</sup>, Cutter aponta os objectivos dos catálogos:

- facilitar o acesso a um livro, conhecendo-se o autor, o título ou o assunto;
- mostrar o que a biblioteca tem de determinado autor, de determinado assunto ou de determinado tipo de leitura;
- ajudar à escolha de um livro, em função da sua edição (do ponto de vista bibliográfico) ou das suas características (do ponto de vista do assunto).

No último quartel do século XIX, verificaram-se cinco acontecimentos importantes, e que originaram um grande desenvolvimento no que diz respeito à sistematização dos catálogos:

- a publicação da obra de Charles Ammi Cutter, *Rules for a printed dictionary catalog*, em 1876;
- a fundação da American Library Association (ALA), que, dentro da catalogação, se centrou em questões como o formato dos catálogos (em fichas ou em livro); as vantagens e desvantagens dos catálogos organizados por classes ou alfabéticos; a indexação de analíticos de periódicos; a elaboração de índices para as publicações oficiais; a utilidade das bibliografias, etc.;

---

<sup>5</sup> Cit. por GARCÍA LÓPEZ, Genaro Luis – Los sistemas automatizados de acceso a la información bibliográfica, p. 28.

- a publicação da Classificação Decimal de Dewey, que correspondeu a uma autêntica revolução, ao incluir um índice de assuntos capaz de acabar com as lacunas existentes;
- o início da publicação do *American Library Journal*, que, através da publicação de cópias das fichas produzidas por diversas bibliotecas, contribuiu bastante para a catalogação cooperativa;
- a inauguração do Library Bureau, que definiu a dimensão do catálogo de fichas, tendo sido a primeira instituição a produzir catálogos de fichas para venda.

A partir de 1887, a ALA começou a produzir fichas de catálogo, sendo que a Biblioteca do Congresso (BC) iniciou o mesmo trabalho uns anos mais tarde.

Em 1879, a ALA nomeou um grupo responsável pela elaboração de um índice de cabeçalhos por assunto, que funcionaria como complemento às *Rules for a printed dictionary catalog* de Cutter. Após várias vicissitudes, e 16 anos mais tarde é publicado o *List of subject headings for use in the dictionary catalogue*, que inclui termos usados em vários catálogos de referência, complementados com remissivas. Esta edição tem larga aceitação, até que a lista de cabeçalhos por assunto da BC, publicada em partes entre 1909 e 1914, se impõe.

Lane, por volta de 1893, concluiu que as bibliotecas em geral tinham em comum as seguintes práticas:

- a diminuição do uso de maiúsculas, embora sem uma utilização uniforme;
- a utilização de numerais árabes, em detrimento dos romanos;
- a entrada, nos nomes dos autores, deve ser feita pelo apelido;
- a entrada nos periódicos deve feita a partir do título, excepto se forem muito genéricos.

Em 1899, são publicadas na Alemanha as *Instruktionen für die alphabetischen Kataloge der Preussischen Bibliotheken und für den Preussischen Gesamtkatalog*, que deram origem ao primeiro catálogo colectivo alemão, o *Deutscher Gesamtkatalog*.

No final do século XIX, o formato dos catálogos como hoje os conhecemos está perfeitamente definido, com cabeçalhos por assunto, entrada principal, classificação, entradas adicionais, etc. A catalogação cooperativa começa a dar os primeiros passos, através da catalogação na fonte.

No século XX, assistimos ao desenvolvimento da catalogação cooperativa e centralizada, à publicação de três novos códigos de catalogação para os países anglófonos e de várias listas de assuntos, e a uma nova abordagem ao processo da catalogação, desde a fase da descrição. A catalogação deste período, segundo Hanson<sup>6</sup>, pode dividir-se em dois períodos distintos: um primeiro, de cariz tradicionalista, que se estende até 1941; e outro, de reavaliação e renascimento, a partir dessa data.

Num estudo publicado com base num inquérito às práticas da catalogação, Lane concluiu que os catálogos não eram senão listas de autores e que cada biblioteca deveria elaborar um catálogo de assuntos tão perfeito quanto possível. Reafirmou que as classificações serviam sobretudo para a arrumação nas estantes; que foram desenhadas para as bibliotecas populares, sendo que pouco contribuíam para o catálogo de assuntos. Chamou a atenção para a continuação da existência dos catálogos em fichas, apesar de as bibliotecas nacionais preferirem a versão livro, bem como para o facto de os códigos adquirirem maior extensão a cada nova versão. Manifestou esperança numa uniformização, a nível internacional, das questões biblioteconómicas e defendeu a ideia de que os catálogos deveriam ser um auxiliar para a pesquisa e não um dicionário bibliográfico. Falou na necessidade de cooperação e centralização, tendo apontado projectos cooperativos, como sejam os cartões impressos e as listas colectivas de periódicos locais. Conseguiu impor a prática

---

<sup>6</sup> HANSON, nota 3, p. 452.

de que cada livro deveria ter uma entrada por autor ou por título, bem como fichas de assunto.

Dois acontecimentos marcam o início do século, sendo o primeiro a reorganização da BC, que desenvolveu bastante a catalogação, com a contratação de novos elementos para a sua equipa. O segundo acontecimento foi a revisão das regras de catalogação de 1883, por iniciativa da ALA, por forma a estarem de acordo com as da BC.

Em 1901, nos E.U.A., a Biblioteca do Congresso publica um importante catálogo colectivo, ao mesmo tempo que inicia a publicação de fichas impressas destinadas a outras bibliotecas, não só governamentais mas também de outras tipologias. A catalogação cooperativa continuará a fazer-se ao longo do século, numa tentativa de evitar a duplicação de tarefas.

No Reino Unido, a Library Association também se dedicou à revisão das regras de catalogação. Nesta altura, Dewey concluiu que era a altura ideal para que os diversos países anglófonos estabelecessem uma uniformização de regras entre si. É designado um grupo de trabalho e, em 1908, é publicado um código de catalogação, chamado *Catalog rules, author and title entries*. Dado não ter sido possível reunir consenso nalgumas regras, o mesmo foi publicado em edições distintas nos dois países.

Nos anos 30, os catálogos colectivos são já uma realidade, a nível local e regional, em inúmeras bibliotecas norte-americanas.

O departamento de catalogação da ALA abre uma delegação na BC, sendo que em 1941 estavam praticamente diluídas as respectivas funções.

Em 1905, Fletcher aponta para a necessidade de mudança na concepção dos catálogos por assuntos, na medida em que a dimensão das bibliotecas e a sua forma de gestão também haviam mudado. O autor apela para que a lista de existências seja considerada na elaboração dos catálogos, bem como as bibliografias, as listas de leitura e os índices.

Harry Dewey chama a atenção para a facilidade na conversão do catálogo alfabético para a versão classificada. Kanardy Taylor acha que a versão alfabética é melhor para o público em geral e que o classificado seria mais aconselhável para os investigadores.

Em 1941, é publicada uma nova versão, preliminar, do código de 1908, por iniciativa da ALA. Dividia-se em duas partes: a primeira incluía as entradas e os cabeçalhos, e a segunda era respeitante à descrição das obras. Esta parte tinha regras um tanto rígidas, situação que gerou polémica ao ponto de se ter verificado uma situação de crise na catalogação, conforme referido por Andrew D. Osborn. Este autor, que pretendeu acabar com a polémica à volta da questão, defendeu a existência de quatro tipos de catálogo:

- legalista – em que as regras se vão tornando cada vez mais complexas;
- perfeccionista – tentativa de catalogar uma obra de uma vez por todas;
- bibliográfico – catalogação segundo modelo de bibliografia descritiva;
- pragmático – as regras e as opções seriam definidas de acordo com objectivos precisos.

Condenou, ainda, os catálogos de fichas; defendeu a catalogação a três níveis; o estabelecimento de regras simples para os materiais pouco consultados; bem como uma nova abordagem no tratamento de periódicos. Concluiu que o período clássico da catalogação estava perto do fim e que as mudanças se deviam à sistematização que se tinha alcançado.

Em 1946, Herman Henkle publica um relatório sobre a catalogação feita pela BC, que reflecte as mudanças entretanto operadas. Em 1949, é publicado um novo código.

Por esta altura, a normalização beneficiou de um importante avanço, sendo de destacar os contributos da ISO e de Seymour Lubetzky.



A ISO-International Organization of Standardization foi criada em 1946, em Londres. Os objectivos, aquando da sua criação, foram: a definição de normas internacionais; a coordenação e uniformização dessas mesmas normas; e a divulgação da informação relacionada com os trabalhos dos grupos técnicos que a constituíam, entre outras. Actualmente, é o IPQ-Instituto Português da Qualidade o organismo responsável pela adaptação das normas internacionais à realidade nacional.

Seymour Lubetzky publicou princípios orientadores em 1953, que exerceram maior influência que os diversos comités reunidos para o efeito. A cooperação internacional entre os E.U.A., o Reino Unido e o Canadá foi visível na Conferência Internacional dos Princípios da Catalogação, que teve lugar em Paris, em 1961. Os resultados foram positivos, tendo-se verificado um certo consenso no que diz respeito à função e estrutura dos catálogos, bem como na escolha dos formatos e estrutura das entradas. Estes princípios corresponderam ao resultado das críticas de Lubetzky, tendo sido aceites pelo grupo responsável pela revisão do código de 1962. Pode dizer-se que as AACR, as regras de catalogação anglo-americanas, devem bastante ao trabalho deste autor.

Os Princípios de Paris foram amplamente questionados pelas bibliotecas de investigação, que não pretendiam catalogar novamente as suas colecções caso fosse decidida a sua aplicação retrospectiva. A Biblioteca do Congresso fez um estudo sobre os aspectos teóricos ali estabelecidos e tentou determinar a proporção das mudanças exigidas na aplicação dos princípios ao seu catálogo de fichas. Os resultados, conforme se esperava, confirmaram a dificuldade que as grandes bibliotecas de investigação enfrentariam, caso tivessem de adoptar mudanças radicais, devido aos elevados custos que tal tarefa implicaria. Assim sendo, a BC adoptou o código apenas para as novas entradas.

A principal preocupação do século XX foi a catalogação centralizada. A produção de cartões estava limitada à BC e a poucas bibliotecas públicas. A biblioteca governamental da Geórgia foi a primeira a distribuir fichas, em 1944,

sendo que a partir do momento em que o seu uso se começou a generalizar, até empresas privadas começaram a produzir e a distribuir fichas por todo o território dos E.U.A.

Em 1953, a BC inicia o All-The-Book Plan, na tentativa de aumentar o número de livros catalogados através de fichas. Outro projecto, correspondente à catalogação na fonte, decorreu entre 1957 e 1958 mas não teve sucesso, em parte devido à falta de colaboração por parte das editoras.

O Cards-with-Books-Program, em 1961, foi outro projecto da BC para que as fichas chegassem rapidamente aos bibliotecários. As editoras e os distribuidores eram incentivados a fornecer fichas impressas, a acompanhar as publicações. Começou por estar limitado à produção norte-americana, tendo, mais tarde, evoluído para 21 países, com 17 delegações estrangeiras a fornecer informação catalográfica aos E.U.A. A catalogação foi de tal forma destacada pela BC que, só em 1967, foram impressos 74 milhões de fichas, que por sua vez foram distribuídas por 20 000 bibliotecas em todo o mundo.

A catalogação centralizada não foi apenas feita em fichas, mas igualmente em fita magnética. As primeiras foram produzidas em 1966, em formato MARC para 16 bibliotecas, correspondendo a 16 000 registos.

A catalogação centralizada cresceu bastante ao longo deste período. Em 1901, a BC implementa um catálogo colectivo de âmbito nacional, sendo que no início dos anos 30 existiam já vários catálogos colectivos, de âmbito local e regional.

A Biblioteca do Congresso beneficiou de um patrocínio que lhe permitiu, entre 1927 e 1932, incluir no catálogo a referência de todas as obras consideradas relevantes. A designação Catálogo Colectivo Nacional é oficializada em 1948, sendo que, em meados dos anos 60, os 15 milhões de fichas produzidas correspondiam a oito milhões de títulos, publicados em diversas edições.

Apesar do sucesso que foi a catalogação em fichas, os catálogos continuaram sempre a ser produzidos em livro impresso, até porque as bibliotecas assim o exigiam. A própria BC publicou o *Catalog of books represented by Library of Congress printed cards issued to July 31, 1942* entre 1942 e 1946, em 167 volumes, a que se seguiram suplementos de autor e assuntos. A edição de 1956 inclui as existências do Catálogo Colectivo Nacional.

A qualidade dos catálogos da BC e a aproximação da era da automatização ditaram o regresso do catálogo impresso em força. Ao longo dos anos 50 e 60, são publicados catálogos de grande dimensão através de fotolitos e *offset*, sobretudo nos E.U.A.

## 1.2. AUTOMATIZAÇÃO DOS CATÁLOGOS

Ao longo dos anos 50, desenvolve-se a publicação de catálogos em máquinas automáticas, sendo o primeiro originário de Seattle, em 1951. O primeiro catálogo inteiramente produzido por computador data de 1965, na biblioteca pública de Baltimore. Incluía 55 000 títulos e tinha suplementos publicados bimensal e anualmente. As listas de existências eram organizadas alfabeticamente, depois transpostas para fichas principais perfuradas, feitas em máquina de escrever, que por sua vez eram reproduzidas para fita magnética, para armazenamento.

No ano seguinte, na universidade de Stanford, foi publicado o primeiro número de um catálogo anual contendo 25 000 títulos, organizado em três partes: autor e título; assuntos; e lista de existências. Baseado nas fichas do catálogo da BC, era elaborado em máquina de escrever e seguidamente convertido em suporte magnético. Tinha por missão ser mais do que a cópia de um catálogo de fichas, rejeitando a forma tradicional das entradas e de ficha unitária para ocupar menos espaço.

Foram, também, produzidos catálogos em microformas, mas sem grande sucesso.

Ao longo dos anos 60, a automatização estende-se às bibliotecas, sendo que, a partir desta fase, a produção e a apresentação dos catálogos adquirem novas características. Pauline A. Cochrane<sup>7</sup> aponta os anos de 1981 e 1982 como decisivos neste sentido, com a mudança do sistema manual de fichas para os catálogos automatizados. Consequentemente, foi nesta época que se iniciaram os estudos sobre a utilização dos catálogos, na versão automatizada.

A partir da altura em que a automatização se começou a generalizar, os catálogos das bibliotecas ganharam novas funcionalidades. Na sua versão tradicional, em suporte papel, os catálogos tinham os problemas inerentes à deterioração das fichas; à necessidade de muito espaço físico para a sua existência; a obrigatoriedade de serem consultados no próprio local; e dificuldades na sua actualização, pela necessidade de intercalação das fichas.

Timothy F. Richards<sup>8</sup>, nos anos 80, aponta as vantagens dos catálogos automatizados face aos tradicionais:

- os utilizadores podem aceder ao catálogo, onde quer que haja um terminal disponível;
- a base de dados pode ser mais completa, ao incluir registos de outras colecções;
- possibilidade de saber a localização dos documentos (circulação);
- acesso mais flexível à informação pretendida;
- o utilizador pode interagir com o sistema de forma diferente, nomeadamente pela facilidade em obter ajuda.

---

<sup>7</sup> COCHRANE, Pauline Atherton – Redesign of catalogs and indexes for improved online subject access, p. 159-160.

<sup>8</sup> GARCÍA LÓPEZ, nota 5, p. 32.

O *Glossary of Library and Information Science da American Library Association*<sup>9</sup>, na edição de 1983, definia catálogo de acesso público em linha como “um catálogo informatizado concebido para ser acessível através de terminais de computador de modo a que os utilizadores possam directa e efectivamente procurar e pesquisar registos bibliográficos sem o apoio dos técnicos de biblioteca”.

Em 1989, Charles R. Hildreth destacava três características dos catálogos automatizados, inovadoras na altura<sup>10</sup>:

- interactivos, permitindo o diálogo com o utilizador;
- expansíveis, na medida em que os pontos de acesso e as formas de recuperação podem ser alargados;
- públicos e transparentes, na medida em que as acções dos utilizadores podem ser registadas, possibilitando a análise dos padrões de pesquisa.

Já nos anos 90, outro autor, Filiberto Felipe Martínez Arellano<sup>11</sup> apontava as vantagens do catálogo em linha face ao modelo tradicional:

- capacidade de interagir com o utilizador, guiando-o e dirigindo-o no processo de pesquisa;
- possibilidade de consulta em qualquer momento e em qualquer lugar;
- maior número de pontos de acesso;
- facilidade de acesso a uma informação mais fiável e exacta;
- possibilidade de registar, de forma mais precisa, as operações que o utilizador realiza.

---

<sup>9</sup> GARCÍA LÓPEZ, nota 5, p. 27.

<sup>10</sup> *Idem, ibidem*, p. 33.

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*, p. 32.

Em 1994, Peter S. Graham<sup>12</sup> afirmava que os catálogos iriam incluir, em menos de uma década, informação local e remota, própria e detida por outras entidades; permitir o acesso a informação electrónica; fornecer informação electrónica em si mesma (e não apenas as indicações da sua localização) de bases de dados, gratuitas e pagas; ser apresentados como uma ferramenta integrada noutras redes; e possibilitar uma série de ferramentas para além da função bibliográfica.

Curiosamente, no mesmo ano, Michael Buckland<sup>13</sup> defendia que os catálogos existentes à data não passavam de versões electrónicas dos catálogos manuais do século XIX, concebidos para colecções do século XIX, anteriores à era da informação electrónica.

Genaro Luis García López<sup>14</sup>, em 2007, reportando-se a meados do século XX, enuncia as vantagens da automatização dos catálogos:

- aumento da eficácia do processo técnico;
- poupança nos custos;
- melhoria do serviço da biblioteca;
- melhoria da administração e gestão da biblioteca;
- incentivo à reorganização e à mudança;
- alternativa à crise do sistema manual;
- cooperação no que diz respeito aos recursos;
- diminuição dos custos com pessoal;
- facilidade na actualização de ficheiros;

---

<sup>12</sup> GRAHAM, Peter S. - The mid-decade catalog, p. 7 e 8.

<sup>13</sup> BUCKLAND, Michael - From catalog to selecting aid, p. 11.

<sup>14</sup> GARCÍA LÓPEZ, nota 5, p. 31.

- melhoria dos serviços a prestar aos utilizadores.

O mesmo autor defende a existência de três ou quatro gerações de catálogos em linha, que numa primeira fase tinham limitações, como sejam as apontadas por Juan Carlos Fernández Molina e Félix de Moya Anegón<sup>15</sup>, no final dos anos 90:

- a terminologia específica da catalogação era de difícil compreensão para os utilizadores;
- não disponibilizavam ajuda;
- dispunham de apenas um formato de visualização;
- a qualidade, a legibilidade e a estética dos ecrãs era deficiente;
- existia apenas um modo de interacção e interrogação;
- os pontos de acesso eram escassos;
- era impossível modificar e melhorar uma pesquisa a partir dos dados obtidos;
- as bases de dados tinham escassas oportunidades de exploração; apenas a visualização das entradas por ordem alfabética;
- os sistemas de classificação de assuntos não eram aproveitados.

Na segunda geração de catálogos automatizados, a grande novidade foi a introdução das funcionalidades dos sistemas de recuperação de informação em linha, como sejam o BRS ou o Dialog. As inovações são as seguintes:

---

<sup>15</sup> Cit. por GARCÍA LÓPEZ, nota 5, p. 33.

- mais opções de pesquisa, por exemplo, através dos operadores booleanos, de adjacência e proximidade por datas, línguas, tipo de publicação, truncatura, etc.;
- pesquisa por palavra-chave (pós-coordenação), que permite mais pontos de acesso;
- ajuda em linha;
- existência de diferentes formatos de visualização e impressão;
- possibilidade de refinar as pesquisas;
- possibilidade de *browsing*;
- possibilidade de conhecer a disponibilidade da obra.

Na terceira geração, são apontadas novas características, a saber: a formação dos utilizadores; o desenvolvimento das funcionalidades dos interfaces; o enriquecimento dos registos e a implementação de ajudas. Majid Ihadjadene<sup>16</sup>, no final dos anos 90, sintetizava as novidades desta geração da seguinte forma:

- novas funções de acesso e navegação:
  - interrogação em linguagem natural;
  - técnicas de ajuda;
  - pesquisa não booleana;
  - disponibilização dos resultados de acordo com a sua pertinência;
  - retroalimentação e reformulação;
  - pesquisa possível em mais de uma língua;
  - navegação hipertextual;
  - integração de sistemas de classificação, listas de autoridade e de palavras-chave;

---

<sup>16</sup> GARCÍA LÓPEZ, nota 5, p. 98.



- enriquecimento do conteúdo da base de dados bibliográfica:
  - enriquecimento do conteúdo dos registos MARC;
  - descrição dos diversos tipos de documentos – resumos, analíticos, etc.;
- disponibilização em rede juntamente com outros catálogos - acesso a outras bases de dados e a catálogos em linha;
- controlo cooperativo: disponibilização de ferramentas de personalização das pesquisas, permitindo pesquisas cooperativas entre os diversos tipos de utilizador (novos, à distância, pessoal técnico, etc.);
- interfaces mais ergonómicos.

Há autores, como Rahmatollah Fattahi<sup>17</sup>, entre outros, que defendem uma quarta geração de catálogos automatizados. Este autor atribui-lhe as seguintes características:

- utilização dos elementos WIMP (janelas, ícones, ratos e ponteiros);
- melhoria da funcionalidade, nomeadamente a opção de executar funções através da selecção de botões;
- utilização do teclado e/ou rato, a par das teclas de função;
- utilização de funcionalidades hipertextuais, para facilitar a navegação;
- aumento das funcionalidades de pesquisa, através da selecção de termos, uso de barras de deslocação ou utilização de menus baixos, que facilitam o *browsing*;
- possibilidade de ordenar por relevância os termos de pesquisa, a partir dos pedidos feitos pelo utilizador;

---

<sup>17</sup> GARCÍA LÓPEZ, nota 5, p. 56.

- utilização do operador booleano “e” de forma implícita e a possibilidade de usar o “não” ou “ou” para ampliar ou limitar pesquisas só com o rato;
- melhoria no acesso mediante pesquisa por língua, data ou formato;
- possibilidade de incluir novos elementos de dados;
- possibilidade de pesquisar através de termos relacionados ou utilização de operadores com adjacência ou proximidade;
- acesso em linha feito segundo os pontos de aceso dos catálogos manuais;
- a recuperação feita por campo;
- equiparação exacta nas pesquisas;
- utilização da pré-coordenação, pesquisando pelo início de cada campo (nome do autor, título, etc.).

Apêndice 1 – a evolução dos catálogos em linha.

### 1.3. CARACTERÍSTICAS DOS CATÁLOGOS COLECTIVOS

Numa definição relativamente recente, Maria Isabel Faria, em 2008, descreveu o catálogo colectivo como o “catálogo das existências parciais ou totais comum a várias bibliotecas, arquivos ou serviços de documentação”.<sup>18</sup>

No finais dos anos 90, Shirley Cousins<sup>19</sup> descreve dois tipos de catálogo colectivo:

- um, tradicional, em que os registos de várias bibliotecas são incluídos numa só base de dados;

---

<sup>18</sup> FARIA, nota 2, p. 227.

<sup>19</sup> COUSINS, Shirley – Virtual OPACs versus union database, p. 97.

- outro, de criação posterior, em que cada catálogo mantém a sua unidade, mas que para o utilizador é visto como um só recurso.

George MacGregor<sup>20</sup>, em 2005, afirmava que desde os anos 90 os catálogos colectivos têm evoluído para uma perspectiva focada no utilizador final, de duas formas:

- modelo centralizado ou físico – os registos bibliográficos encontram-se agrupados numa só base de dados, apesar de originários das várias bibliotecas participantes;
- modelo disperso ou virtual - os registos bibliográficos são oriundos de várias bibliotecas, mantendo-se separados enquanto tal. O protocolo Z39.50 é o mais utilizado na pesquisa da informação neste tipo de catálogos.

Existem, ainda, os conceitos de pesquisa federada e de pesquisa integrada neste tipo de catálogos. O *ODLIS - Online Dictionary for Library and Information Science* define pesquisa integrada como “a pesquisa de informação por intermédio de *software* concebido para otimizar a recuperação da informação através de vários motores de pesquisa *web* juntando os resultados”. A mesma fonte descreve a pesquisa federada como “a pesquisa de informação por intermédio de *software* concebido para interrogar várias fontes de informação em rede através de um único interface<sup>21</sup>”.

Tamar Sadeh<sup>22</sup>, em 2007, afirma que os catálogos colectivos nasceram da necessidade que os utilizadores têm de procurar informação numa diversidade de fontes, por forma a obter resposta às suas necessidades de pesquisa. O conceito de pesquisa integrada (*metasearching*) foi sendo desenvolvido com o objectivo de permitir pesquisas simultâneas em inúmeras fontes de informação.

---

<sup>20</sup> MACGREGOR, George [et al.] – Towards improved performance and interoperability in distributed and physical union catalogues, p. 228.

<sup>21</sup> REITZ, Joan M. – Metasearch; *idem* - Federated search.

<sup>22</sup> SADEH, Tamar – Transforming the metasearch concept into a friendly user experience, p. 2.

A mesma autora distingue as duas formas de pesquisa, federada e integrada, numa perspectiva que não é perceptível pelo utilizador que interroga o sistema.

A pesquisa integrada parte do princípio que cada recurso tem um motor de pesquisa. Depois de o utilizador preencher o formulário com a questão pretendida, o sistema transmite-o ao motor de pesquisa, que desenvolve a pesquisa propriamente dita. Após receber os resultados, o sistema disponibiliza-os ao utilizador. É um sistema imediato, ou seja, o sistema só processa os dados depois de formulada a questão por parte do utilizador. Não inclui quaisquer elementos localizados nos recursos disponíveis.

Na pesquisa federada há um processamento da informação anterior à pesquisa feita pelo utilizador, ou seja, há uma *mais valia* de informação que é incorporada num repositório distinto, passível de pesquisa. Verifica-se um pré-processamento de dados, que possibilita mais respostas sob o ponto de vista dos métodos de pesquisa envolvidos e da apresentação de resultados.

#### 1.4. CATÁLOGOS COLECTIVOS EM PORTUGAL

No nosso país, este tipo de catálogos não está tão desenvolvido, ao nível dos serviços da administração pública central, como em Espanha.

Em nosso entender, são de destacar alguns exemplos de catálogos de serviços integrados na Presidência do Conselho de Ministros (PCM), como a PORBASE, e no Ministério da Educação e Ciência, catálogos como o SIBUL e o CC, entre outros.

A PORBASE – Base Nacional de Dados Bibliográficos corresponde a um catálogo colectivo em linha, que inclui a participação de bibliotecas públicas e privadas.<sup>23</sup> Dela fazem parte os catálogos de mais de 170 bibliotecas, que permitem à PORBASE ser a maior base de dados bibliográficos do país,

---

<sup>23</sup> BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – PORBASE-Base Nacional de Dados Bibliográficos.

totalizando mais de um milhão e meio de registos bibliográficos. Funcionando em regime de cooperação, este catálogo é coordenado pela Biblioteca Nacional de Portugal e inclui catálogos de bibliotecas das mais diversas tipologias. O projecto teve início em 1986, tendo ficado acessível dois anos depois, em 1988. Os seus conteúdos estão disponíveis através do Google Scholar e da BOn-Biblioteca do Conhecimento On-Line, possibilitando a sua divulgação a nível académico, nacional e internacionalmente.

Os catálogos colectivos das universidades de Lisboa e de Aveiro são também por nós considerados exemplos de boas práticas a seguir.

O SIBUL – Sistema Integrado das Bibliotecas da Universidade de Lisboa foi criado em 1998, tendo ficado acessível ao público, através da internet, somente em 2001. Até ao final dos anos 80, a informática era praticamente inexistente nas bibliotecas da Universidade de Lisboa. Foi a partir de 1987 que várias delas começaram a constituir as suas bases de dados, de âmbito local, e a trocar registos bibliográficos entre si. Graças ao contributo de dois organismos estranhos à universidade, o desenvolvimento tecnológico ganhou um novo impulso. O primeiro foi a UNESCO, fornecedora do *software* CDS/ISIS, e o segundo, a Biblioteca Nacional, que desenvolveu aquele *software* na forma da PORBASE. Foram-se desenvolvendo novas funcionalidades, até que, em 1997, é disponibilizado o primeiro catálogo bibliográfico na internet, oriundo da Faculdade de Farmácia. No ano seguinte, graças ao trabalho dispendido pelos vários responsáveis das diversas bibliotecas e pela intervenção da reitoria, concretizou-se a criação de uma rede de bibliotecas na universidade.

Actualmente, o SIBUL inclui os catálogos de 18 bibliotecas, organizados numa base de dados única, partilhada por todos os intervenientes. No entanto, cada biblioteca tem a sua própria base de dados de tipo administrativo, que lhe permite salvaguardar questões como os empréstimos ou as aquisições. A forma de gestão praticada é a centralizada, que tem, entre outras vantagens, custos significativamente inferiores em comparação à versão descentralizada. A base disponibiliza mais de 370 000 documentos, de várias tipologias e

suportes físicos, correspondendo a cerca de meio milhão de documentos existentes e referenciados nas várias bibliotecas<sup>24</sup>.

Também o CC - Catálogo Colectivo da Universidade de Aveiro tem a sua génese em 1987, data em que se inicia a informatização dos serviços de documentação da universidade, sendo que no ano seguinte se estabeleceu a cooperação com a PORBASE. Em 1995, aquela universidade foi pioneira, no que diz respeito aos sistemas integrados de gestão de bibliotecas, com a aquisição do Aleph, um sistema informático inovador na altura<sup>25</sup>. Mais tarde, em 2002, o CC foi implementado na universidade. Foi desenvolvido como projecto pessoal de investigação e de programação pelo responsável dos serviços de documentação<sup>26</sup>. Além de catálogos de universidades portuguesas, inclui bibliotecas norte-americanas e espanholas, entre outras, num total de 27 catálogos<sup>27</sup>.

Ainda no âmbito do Ministério da Educação e Ciência há outros exemplos a reter. O Portal das Bibliotecas da Universidade de Coimbra é outro caso que merece destaque. O Portal permite o acesso ao catálogo colectivo da universidade, e inclui os catálogos de 29 das 31 bibliotecas que fazem parte da sua estrutura<sup>28</sup>.

A Universidade do Minho tem também um catálogo colectivo<sup>29</sup>, que inclui os catálogos das 26 bibliotecas da universidade.

O catálogo colectivo da Universidade do Porto<sup>30</sup> reúne as colecções de 19 bibliotecas, quer universitárias, quer de outros organismos que fazem parte da sua estrutura.

---

<sup>24</sup> UNIVERSIDADE DE LISBOA - Projecto SIBUL.

<sup>25</sup> UNIVERSIDADE DE AVEIRO - História.

<sup>26</sup> *Idem* - Garantia de qualidade.

<sup>27</sup> *Idem* - CC-Catálogo Colectivo.

<sup>28</sup> UNIVERSIDADE DE COIMBRA - SIBUC.

<sup>29</sup> UNIVERSIDADE DO MINHO - Catálogo geral.

<sup>30</sup> UNIVERSIDADE DO PORTO - Catálogo U. Porto.

O Catálogo Colectivo de Bibliotecas Escolares<sup>31</sup> consiste num portal que reúne os catálogos das bibliotecas aderentes, que actualmente são 35. A aplicação utilizada é a GIB – Gestão Integrada de Biblioteca e inclui os catálogos de bibliotecas escolares de vários concelhos do país. Cada concelho tem uma ou várias bibliotecas, que podem ou não funcionar em rede no portal. Prevê-se para breve a adesão de mais seis bibliotecas ao catálogo.

Finalmente, destacamos o catálogo colectivo das bibliotecas municipais de Lisboa, conhecido por BLX - Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa<sup>32</sup>. Esta ferramenta integra as bibliotecas que constituem a rede do município de Lisboa. A sua colecção é de grande dimensão, sendo que uma parte considerável é constituída pelas aquisições feitas ao abrigo da Lei do Depósito Legal, que contempla a Biblioteca Municipal Central, sediada no palácio das Galveias. A primeira biblioteca da rede – a Biblioteca Municipal de São Lázaro - foi inaugurada em 1883. Actualmente, a rede é constituída por 18 bibliotecas, não só fixas, mas também por bibliotecas itinerantes. A Hemeroteca, biblioteca cuja colecção é constituída sobretudo por periódicos, também faz parte da BLX. A Rede continua em expansão, sendo que em 2003 foi inaugurada a incorporação da Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro, em Telheiras.

### 1.5. CATÁLOGOS COLECTIVOS EM ESPANHA

Em Espanha consultámos portais e sítios com alguns exemplos admiráveis nesta matéria, não só nos serviços dependentes do Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (MECD), mas também noutras áreas da administração pública.

O BIMUS - Red de Bibliotecas de Museos consiste numa rede de 20 catálogos de museus públicos, com gestão directa do Ministerio<sup>33</sup>. Tem origem no Plan de Museos Estatales 2004-2008, que pretendia, entre outros objectivos,

---

<sup>31</sup> GIBNET - GIBWEB.

<sup>32</sup> LISBOA. Câmara Municipal - Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa.

<sup>33</sup> ESPANHA. Ministerio de Cultura - El Ministerio de Cultura presenta el Catálogo Colectivo en línea de Bibliotecas de Museos.

informatizar as colecções das bibliotecas dos museus aderentes; fomentar a cooperação entre as bibliotecas participantes, nomeadamente através de um catálogo colectivo e de políticas e serviços comuns, como a aquisição cooperativa e o empréstimo interbibliotecário. A rede oferece a possibilidade de pesquisa no catálogo colectivo extensivo aos 18 museus aderentes, bem como a pesquisa individual em cada catálogo. O BIMUS permite, ainda, o acesso a uma hemeroteca; um catálogo de fundo antigo; uma lista de aquisições recentes; a consulta de bibliografias recomendadas; uma biblioteca digital, que permite o acesso aos fundos dos vários museus que se encontrem naquele formato; ligação a outros catálogos espanhóis; e ligação a catálogos de outros países<sup>34</sup>. Actualmente o catálogo colectivo da BIMUS disponibiliza um total de 530 000 registos para pesquisa.

Noutro contexto, o das bibliotecas universitárias, encontramos o REBIUN - Catálogo Colectivo de la Red de Bibliotecas Universitarias Españolas. Foi criado por iniciativa dos responsáveis pelas bibliotecas universitárias espanholas em 1988, tendo como objectivo básico a constituição de um serviço que incluísse todas as bibliotecas universitárias do país<sup>35</sup>. Igualmente está prevista a melhoria dos serviços prestados, através da cooperação; o intercâmbio com outros organismos e a formação do pessoal envolvido. A sua primeira versão, em 1992, foi sob a forma de CD-ROM, estando em linha já há alguns anos. O REBIUN inclui os catálogos de 75 bibliotecas universitárias e de investigação e é actualizado seis vezes ao ano, através da total reelaboração dos registos das bibliotecas cooperantes<sup>36</sup>. Esta operação permite detectar os registos duplicados e a sua consequente eliminação. As pesquisas podem ser feitas, para além da língua espanhola, em catalão, basco e galego, bem como em inglês e francês. Inclui uma série de funcionalidades como sejam a impressão de registos, gravação e exportação; a possibilidade de fazer a pesquisa de forma simples ou elaborada; a pesquisa nas bases de periódicos e de fundo antigo; um menu de ajuda bastante amigável; informação relativa ao empréstimo interbibliotecário; textos sobre os assuntos relacionados

---

<sup>34</sup> *Idem* - Quiénes somos.

<sup>35</sup> CRUE. Conferencia de Rectores de las Universidades Españolas - Red de Bibliotecas Universitarias.

<sup>36</sup> CRUE. Conferencia de Rectores de las Universidades Españolas - ¿Qué es REBIUN?



directamente com a actividade do REBIUN, além de ligações a sítios e portais relevantes. Actualmente inclui cerca de nove milhões de registos, entre monografias, publicações periódicas e fundo antigo, quer em suporte papel, quer em formato electrónico.

O catálogo do CSIC – Consejo Superior de Investigaciones Científicas inclui os catálogos de 78 bibliotecas especializadas, de acesso restricto, localizadas em centros de investigação científica, cuja missão é apoiar a excelência científica e assegurar à comunidade científica do CSIC o acesso à informação<sup>37</sup>. Este organismo, dependente do Ministerio de Economia y Competitividad, corresponde à maior instituição pública espanhola dedicada à investigação, sendo a terceira a nível europeu. Sendo um organismo multidisciplinar e multisectorial, o CSIC abrange todos os campos do conhecimento. A sua actividade é bastante extensa, englobando desde a investigação básica até ao desenvolvimento tecnológico. O seu objectivo fundamental é o desenvolvimento e a promoção da investigação em prol do progresso científico e tecnológico. É constituído por centros e institutos, distribuídos por todo o país, muitas vezes localizados junto às universidades e outros organismos de investigação, nomeadamente fundações. O catálogo colectivo é designado por CIRBIC - Catálogos Informatizados de la Red de Bibliotecas del CSIC<sup>38</sup> e inclui, além das 78 bibliotecas já referidas, uma biblioteca de apoio à investigação. Resta acrescentar que cinco destas bibliotecas pertencem a fundações relacionadas com a investigação científica. A rede de bibliotecas funciona de forma horizontal, possibilitando a selecção, organização, acesso, difusão e conservação dos recursos de informação como instrumento de apoio à investigação apoiada pelo CSIC. Os fundos documentais da rede ascendem a um total de 1 milhão e meio de monografias em papel, 70 mil colecções de revistas em papel, mais de 200 mil monografias electrónicas e cerca de 9 mil títulos de revistas electrónicas.

---

<sup>37</sup> CSIC. Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Servicios y usuarios en las bibliotecas del CSIC.

<sup>38</sup> *Idem* – Información general.

Outro exemplo de grande envergadura é o catálogo colectivo BPE - Bibliotecas Públicas del Estado. É constituído pelas colecções de 52 bibliotecas públicas e das 17 redes de bibliotecas das comunidades autónomas<sup>39</sup>. Teve início em 1996, por iniciativa da Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas. O seu principal objectivo é facilitar o conhecimento e o acesso remoto aos recursos das inúmeras bibliotecas associadas, que constituem a rede mais extensa do país<sup>40</sup>. A pesquisa neste catálogo pode ser feita de três formas: no catálogo de cada biblioteca; no catálogo de cada região autónoma; e no catálogo colectivo da rede. No final de 2011 o BPE reunia cerca de 11 milhões de registos, provenientes de um total de 2837 bibliotecas.

---

<sup>39</sup> ESPANHA. Ministerio de Cultura - Portada.

<sup>40</sup> *Idem* - Presentación de los Catálogos de Bibliotecas Públicas.

## 2. AS REDES NAS ESTRUTURAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA

Foram analisados todos os portais e sítios dos diversos ministérios e respectivas secretarias-gerais integrados na administração pública central.

Aquando do início deste trabalho, os ministérios existentes eram 14. Actualmente, na sequência das reformas impostas pelo XIX Governo Constitucional, que tomou posse em 2011, a administração pública central foi reduzida a 11 ministérios. Alguns deles têm redes em funcionamento, embora pouco expressivas na maioria dos serviços observados.

Dessa análise, parece-nos ser de destacar três redes de organismos integrados na Presidência do Conselho de Ministros, estrutura que herdou algumas das atribuições do Ministério da Cultura, extinto em 2011, a saber: uma rede de bibliotecas públicas, uma rede de arquivos e uma rede de museus.

### 2.1. REDE DE CONHECIMENTO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas (RCBP) foi criada em 2004, por iniciativa do extinto Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB), ao que sucedeu a Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB), seguindo-se-lhe a Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)<sup>41</sup>.

Aquele serviço pretendia, em colaboração com as diversas câmaras municipais do país, integrar as bibliotecas municipais numa rede que lhes permitisse a disponibilização de recursos e serviços às bibliotecas envolvidas, actualmente 191 unidades, sob a forma de uma infra-estrutura tecnológica.

Os seus objectivos passam pela partilha de recursos e serviços entre as bibliotecas participantes, promovendo o diálogo e a cooperação, bem como a

---

<sup>41</sup> DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – Notícias.

consolidação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP). Esta outra rede, a RNBP, foi criada pelo extinto Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL) em 1987, por forma a possibilitar a existência de bibliotecas públicas em todos os concelhos do país.

A RCBP tem um catálogo colectivo, embora não seja extensivo a todas as bibliotecas participantes. Inclui apenas as bibliotecas dotadas de servidores Z39.50, num total de 13 catálogos.

A Rede tem, também, uma página de acesso a cerca de 100 catálogos de bibliotecas municipais, sendo que alguns incluem os catálogos da rede concelhia, quando existente.

A RCBP permite, ainda, a possibilidade de pesquisa nos catálogos de fundo local, que ascendem a mais de 150 mil registos, num total de 129 bibliotecas.

## 2.2. REDE PORTUGUESA DE ARQUIVOS

A Rede Portuguesa de Arquivos (RPA) teve início em 2007, por iniciativa da extinta Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ).

Apesar de criada por um serviço público, a rede é um projecto que se estende a todas as entidades produtoras de documentos de arquivo, quer sejam de natureza pública quer privada. Partindo do princípio de que os documentos mantêm as mesmas características desde a sua criação, qualquer documento poderá ser disponibilizado através da rede, estando em fase activa ou histórica.

Os requisitos para participar na RPA são o interesse pela gestão comum dos documentos e a acessibilidade aos mesmos, obedecendo aos seguintes pressupostos:

- a rede existe para servir o cidadão;

- a rede apoia-se na partilha de documentos e de serviços, nomeadamente através da participação em portais, nacionais e estrangeiros.

As pesquisas são feitas através do Portal Português de Arquivos (PPA), que funciona como um agregador de acessos. Através deste portal é possível aceder a todos os repositórios de arquivo aderentes à rede, num total de 24 unidades de informação.

É possível fazer dois tipos de pesquisa: simples e avançada. Na opção chamada Directório, estão referidas todas as unidades participantes na rede, acompanhadas de informação relevante, como seja a sua designação; a legislação que as constituiu; o número de registos inventariados, com e sem imagens associadas; ligação à página *web*, ao catálogo individual e ao correio electrónico.

A Rede foi implementada em 2009, altura em que ficou disponível em linha. Inclui os arquivos dependentes da extinta DGARQ, bem como uma série de arquivos, públicos e privados<sup>42</sup>.

Actualmente, o projecto está numa fase de desenvolvimento, correspondente à criação de uma estrutura de gestão das entidades e objectos envolvidos na rede, chamada Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA). O FNAA foi aprovado recentemente, encontrando-se em fase de concretização.

### 2.3. REDE PORTUGUESA DE MUSEUS

De acordo com disposto na página do extinto Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), “a Rede Portuguesa de Museus é um sistema organizado de museus, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e

---

<sup>42</sup> DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS - Rede Portuguesa de Arquivos.

que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus”<sup>43</sup>.

A Rede é uma estrutura criada pelo referido instituto, em 2000, e que em 2007 deu origem ao Instituto dos Museus e da Conservação (IMC). Actualmente é composta por 137 museus. Nesse conjunto estão incluídos alguns dos museus e palácios tutelados pela Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), que sucedeu ao IMC em 2011, bem como muitos outros, quer tutelados pelas Direcções Regionais da Cultura das Regiões Autónomas, como outros, instituídos por diversas entidades, públicas e privadas.

Os diversos membros da Rede detêm tutelas distintas, colecções variadas, relações com a comunidade e sistemas de gestão próprios<sup>44</sup>. Os objectivos comuns aos seus membros são:

- planeamento e racionalização do investimento;
- qualificação e valorização dos museus participantes;
- divulgação de informação de interesse comum;
- cooperação e articulação entre serviços;
- descentralização de recursos.

Os museus candidatos à Rede devem estar credenciados, de acordo com o artigo 110.º da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, o que implica, entre outras questões, o reconhecimento oficial da sua qualidade técnica<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO - Rede Portuguesa de Museus

<sup>44</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>45</sup> Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS RESPONSÁVEIS PELA CULTURA, NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL

#### 3.1. PORTUGAL: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (PCM)

Na sequência das eleições legislativas que ocorreram em 2011, verificaram-se alterações na organização da administração pública central. Uma delas foi a extinção do Ministério da Cultura, sendo que algumas das suas atribuições e serviços foram inseridos na Presidência do Conselho de Ministros (PCM).

O Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de Dezembro, é o diploma que determina as atribuições da PCM. Dentro das várias ali consagradas, destacamos “a definição de políticas de desenvolvimento cultural, de defesa da língua e do património cultural e de incentivo à criação artística”<sup>46</sup>.

Quanto à estrutura orgânica, definida pelo mesmo diploma, “a PCM prossegue as suas atribuições através de serviços integrados na administração directa do Estado, de organismos integrados na administração indirecta do Estado, de órgãos consultivos, de outras estruturas e de entidades integradas no sector empresarial do Estado”, que desenvolvem a sua actividade nas seguintes áreas:

- cultura;
- institucional, igualdade, segurança e informações;
- imigração, administração local e reforma administrativa, desporto e juventude, e comunicação social.

O diploma acima referido não inclui nenhuma referência a bibliotecas nem a catálogos. No entanto, o Programa do XIX Governo Constitucional fá-lo<sup>47</sup>. Pode

---

<sup>46</sup> Dec-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de Dezembro.

<sup>47</sup> PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS - Programa do XIX Governo Constitucional, p. 126.

ler-se que é intenção do Governo dar seguimento e concluir a Rede Nacional de Leitura Pública, iniciada em 1986, bem como prosseguir com o projecto da Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas, que contribuirá para a consolidação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

Foram analisadas todas as leis orgânicas e estatutos dos diferentes organismos que compunham o extinto Ministério da Cultura. À data da elaboração deste trabalho, ainda não estão publicados todos os diplomas relativos aos serviços integrados na PCM, pelo que se poderá verificar algum desfasamento entre os organismos extintos e os organismos activos.

Desta análise, concluímos que nem todos os serviços têm previsto na legislação a existência de bibliotecas. Verificámos, também, que há organismos que, apesar de não terem previsto uma unidade de informação nos diplomas que os definem, têm bibliotecas em funcionamento. No quadro do apêndice 2 resume-se essa análise, que inclui, ainda, as bibliotecas de algumas fundações.

O extinto Ministério da Cultura foi instituidor de várias fundações com fins culturais, além das existentes previamente à sua criação<sup>48</sup>. De acordo com o diploma que definia a sua lei orgânica<sup>49</sup>, o MC exercia a tutela sobre essas fundações, embora respeitando os respectivos estatutos. No organograma disponibilizado no extinto Portal da Cultura eram 11 as fundações referenciadas na área de actuação do MC.

Depois de verificadas as respectivas leis orgânicas e estatutos, concluímos que os catálogos das bibliotecas daquelas fundações contribuirão grandemente para o enriquecimento do catálogo colectivo da área da Cultura, pelo que foram incluídas no inquérito referido no ponto 4.

---

<sup>48</sup> PORTUGAL. Ministério da Cultura - Dec-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro.

<sup>49</sup> *Idem, ibidem.*



### 3.1.1. ORGANOGRAMA

Ver o apêndice 3.

## 3.2. ESPANHA: MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE (MECD)

Também no país vizinho se verificaram eleições legislativas em 2011, que, tal como no nosso país, implicaram mudanças na estrutura da administração pública central. À data da elaboração deste trabalho, todas essas alterações estão referidas no sítio do MECD – a estrutura actual, o organograma, a legislação em vigor e os respectivos atalhos, os nomes dos dirigentes, etc.

O Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (MECD) tem uma organização muito pragmática. Logo no artigo 1.º, na alínea 2) do Real Decreto n.º 257/2012, o diploma que define a sua estrutura orgânica, de 27 de Janeiro, podemos ler que “el Ministerio de Educación, Cultura y Deporte es el departamento de la Administración General del Estado encargado de (...) la promoción, protección y difusión del patrimonio histórico español, de los museos estatales y de las artes, del libro, la lectura y la creación literaria, de las actividades cinematográficas y audiovisuales y de los libros y bibliotecas estatales, y la promoción y difusión de la cultura en español”<sup>50</sup>.

No artigo 8.º do mesmo diploma, são atribuídas à Secretaría de Estado de Cultura (SEC) as seguintes funções, entre outras:

- “el fomento del libro y la lectura y el estímulo a la creación literaria”;
- “la promoción, la protección y difusión de los archivos y bibliotecas estatales”;

---

<sup>50</sup> Real Decreto n.º 257/2012, de 27 de Janeiro.

- “la modernización y gestión de las instituciones culturales de la Administración General del Estado y, en particular, de los museos y archivos de titularidad estatal”.

A SEC tem, ainda, na sua dependência os seguintes órgãos directivos:

- a Dirección General de Política e Industrias Culturales y del Libro;
- a Dirección General de Bellas Artes y Bienes Culturales y de Archivos y Bibliotecas (DGBBAB).

Por seu lado, esta Direcção-Geral tem, entre outras, as seguintes atribuições:

- “la elaboración de programas y planes para el fomento y mejora de las bibliotecas, así como la coordinación y promoción de la cooperación bibliotecária”;
- “la oferta de servicios técnicos y asesoramiento en materia bibliotecária;”
- “la creación, dotación y fomento de bibliotecas de titularidad estatal”;
- “a obtención, explotación y utilización de datos de bibliotecas”;
- “la coordinación y mantenimiento del Catálogo colectivo del patrimonio bibliográfico”.

No sítio do Ministerio, toda a sua estrutura e organização estão descritas de forma clara e exhaustiva, dispondo de vários menus bem visíveis, com informação recente, destaques e ligações a outros sítios – veja-se os anexos 1 a 3.

Quanto à actividade das bibliotecas, esta desenvolve-se em quatro eixos, a saber:

- cooperação e coordenação bibliotecária;

- desenvolvimento e modernização dos serviços bibliotecários;
- preservação e difusão do património bibliográfico;
- criação e desenvolvimento de bibliotecas digitais.

Trata-se, em nossa opinião, de um serviço muito bem estruturado, oferecendo bastante informação a quem o consulta, através das inúmeras páginas que o compõem.

#### 3.2.1. ORGANOGRAMA

Ver os anexos 4 e 5.

## 4. METODOLOGIA DO PROJECTO DE DISSERTAÇÃO

### 4.1. MÉTODOS UTILIZADOS

Com o presente estudo pretendemos desenvolver um projecto de catálogo colectivo, extensivo às diversas bibliotecas existentes na área da Cultura. Neste sentido, foram utilizados dois métodos científicos, oriundos de áreas distintas, que nos pareceram os mais adequados ao trabalho em questão.

Defendemos que, não só as empresas têm necessidade de aplicar ferramentas que lhes permitam diagnosticar os factores críticos ao seu desempenho, no sentido de corrigir o que está mal, e de fazer mais e melhor. Também as bibliotecas podem, e devem, analisar os seus resultados, no sentido de os melhorarem, com vista à cada vez melhor satisfação das necessidades dos utilizadores que as procuram.

O inquérito por questionário, desenvolvido pela área das ciências sociais, permitiu-nos caracterizar as unidades de informação que fazem parte da estrutura da PCM.

Na área da gestão de empresas recorreremos à análise *SWOT*. Esta técnica possibilitou-nos avaliar os pontos fortes e fracos das referidas bibliotecas.

#### 4.1.1. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Foi elaborado um questionário, em formato electrónico, através da aplicação KwikSurvey. Optámos por este formato na medida em que a distribuição, o preenchimento e a recolha são feitos de forma mais rápida, em comparação com os questionários em suporte papel.

O questionário foi enviado a todas as unidades de informação que constituíam o MC, num total de 32 bibliotecas, bem como às fundações de âmbito cultural por ele instituídas, descritas no apêndice 2.

As questões colocadas prenderam-se com os tipos de públicos que as frequentam, os recursos humanos disponíveis, a caracterização do fundo documental, os recursos tecnológicos existentes, o tratamento técnico, os serviços prestados e a caracterização do catálogo.

Modelo do questionário: apêndice 4.

#### 4.1.2. ANÁLISE SWOT

Esta técnica, herdada da estratégia militar e adaptada às necessidades da gestão de empresas, tem como objectivo a análise profunda da empresa em apreciação. *SWOT* é a abreviatura das palavras inglesas *strenghts* (ou forças), *weaknesses* (ou fraquezas), *opportunities* (ou oportunidades) e *threats* (ou ameaças).

A análise é feita em duas perspectivas distintas, embora complementares:

- a nível interno – corresponde ao universo da empresa;
- a nível externo – abarca o meio em que a empresa está inserida.

A análise interna da empresa deverá incluir a avaliação da(s) actividade(s) desenvolvida(s), a organização interna, as suas potencialidades, os resultados alcançados e os recursos disponíveis.

A análise externa deverá considerar o mercado em que a empresa está inserida, as empresas que actuam ao mesmo nível e o mercado de trabalho envolvente.

Pedro B. da Câmara<sup>51</sup> desenvolveu esta análise, apontando um conjunto de variáveis que condicionam o desempenho das empresas. São as seguintes:

- ao nível do meio envolvente, os factores:
  - tecnológico
  - institucional
  - demográfico, económico e social
  - cultural
- o mercado
- a concorrência
- a análise do mercado de trabalho
- análise interna

A análise da empresa é de extrema importância na medida em que as referidas variáveis permitem avaliar e diagnosticar a situação actual. A partir desta fase, é possível fazer o planeamento estratégico, partindo da verificação da realidade de uma organização ou sistema, através do conhecimento interno e da relação estabelecida com o meio envolvente.

## 4.2. RESULTADOS APURADOS

---

<sup>51</sup> CÂMARA, Pedro B. da [et al.] – Humanator, p. 376-380.

#### 4.2.1. RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS DO QUESTIONÁRIO

O número de respostas obtidas - 19 - corresponde a 59% do universo em estudo. Da sua análise, transcrita no apêndice 5, concluímos o que se segue.

A primeira questão corresponde à apresentação do inquérito, pelo que não foram apresentadas respostas.

A segunda questão prende-se com a caracterização da instituição em que a biblioteca está inserida e o tipo de público para que está vocacionada. Todas elas estão abertas ao público em geral, embora dirigidas para públicos específicos, de acordo com a natureza das respectivas instituições. As suas colecções são muito variadas, abrangendo praticamente todos os campos da área da cultura.

Na terceira questão, relativa aos recursos humanos, verifica-se a falta de pessoal na maioria das bibliotecas inquiridas. Igualmente se pode constatar que, além de escassos, os quadros caracterizam-se pela falta de formação específica. Na maioria dos serviços que responderam (12) há apenas um técnico superior BD, entre o restante pessoal.

A quarta questão prende-se com a caracterização do fundo documental. As colecções são, ainda, maioritariamente em suporte papel (monografias e periódicos), em relação aos outros suportes (electrónico, digital e óptico). Os documentos existentes somam 82 455 unidades, distribuídos pelos diversos suportes materiais, na totalidade das bibliotecas que responderam ao inquérito.

Quanto às tecnologias disponíveis, referidas na quinta questão, apurámos que em todos os serviços inquiridos existem computadores e bases de dados documentais. No que diz respeito ao *software* utilizado, aquele que tem maior representatividade é o Bibliobase – existe em sete das bibliotecas inquiridas.

O tratamento técnico, descrito na sexta questão, inclui, na maioria das unidades que colaboraram, a indexação e a classificação. Destas, apenas dez fazem analíticos e seis o boletim bibliográfico. Apenas uma - a Cinemateca Portuguesa - faz resumos.

Nos serviços prestados, incluídos na sétima questão, a leitura de presença é o único serviço que reúne consenso nas respostas obtidas. Há 14 unidades que fazem pesquisas bibliográficas, 3 fazem a divulgação das novidades por perfil, 11 fazem empréstimo, 8 assinam periódicos e só 3 têm *wireless* disponível.

Quanto ao catálogo existente nas diversas unidades, descrito na oitava questão, 11 das entidades inquiridas têm toda a colecção nele incluída, ao passo que apenas uma não o tem automatizado – a Casa da Música. Curiosamente, há uma biblioteca, na Direcção Regional de Cultura do Algarve, que não tem catálogo.

Na nona e última questão, verificou-se que os utilizadores não são apenas presenciais. Cada vez mais o telefone e o correio electrónico são utilizados como forma de acesso às bibliotecas, constituindo preciosos auxiliares no trabalho de investigação.

#### 4.2.2 ANÁLISE *SWOT*

Após uma reflexão sobre os resultados apurados no questionário, e feita a apreciação dos factores internos e externos, que correspondem à realidade das bibliotecas do extinto MC e do meio envolvente, podemos descrever os resultados da análise *SWOT* da seguinte forma:

- *strenghts* (ou forças)

diversidade e riqueza das colecções – as colecções das bibliotecas analisadas revelam, no seu conjunto, bastante variedade no que diz respeito aos assuntos incluídos e à diversidade de temáticas abordadas;



divulgação nas páginas *web* – com o desenvolvimento tecnológico, é notório o aumento da disponibilização de informação através das páginas *web* nos mais diversos sítios e portais, pelo que também as bibliotecas o podem - e devem fazer;

qualidade do tratamento técnico – apesar dos constrangimentos verificados no número de técnicos existente, de nível superior e de nível técnico-profissional, é visível a qualidade no tratamento técnico desenvolvido na generalidade das colecções.

- *weaknesses* (ou fraquezas)

escassez de recursos humanos especializados – o reduzido número de pessoas com formação técnica, quer a nível superior, quer a nível técnico-profissional, aparenta ser insuficiente para a exigência que a natureza das colecções exige;

reduzida participação em redes de informação – salvo raras excepções, na maioria das bibliotecas analisadas, a participação em redes é praticamente inexistente.

- *opportunities* (ou oportunidades)

*software* Bibliosoft como o mais representativo – a aplicação Bibliosoft é a utilizada pela maioria das bibliotecas inquiridas;

possibilidade de cooperação – a escassez de recursos - financeiros e humanos - permite encarar a cooperação como forma de otimizar as aquisições, o desenvolvimento das colecções e o respectivo tratamento técnicos;

fusão de serviços - nos casos em que tal se verifique, quer as colecções, quer os recursos existentes (humanos, financeiros e tecnológicos) sairão beneficiados.

- *threats* (ou ameaças)

risco de redução dos recursos humanos disponíveis – a actual política de gestão de recursos humanos, na administração pública central, pode comprometer o funcionamento de algumas unidades de informação;

redução dos orçamentos das bibliotecas - a diminuição dos recursos financeiros pode comprometer os serviços prestados e o próprio funcionamento das bibliotecas;

fraco desenvolvimento das colecções - a redução dos orçamentos das bibliotecas pode dificultar as aquisições - incluindo a renovação das assinaturas de periódicos - comprometendo o desenvolvimento das colecções.

## 5. PROJECTO DE CRIAÇÃO DO CATÁLOGO COLECTIVO DA ÁREA DA CULTURA

Para a elaboração do projecto, analisámos atentamente as realidades portuguesa e espanhola. A nossa observação incidiu sobretudo na informação disponibilizada através dos sítios dos extintos Ministérios da Cultura de ambos os países e na das estruturas que lhes sucederam, completada com a análise dos respectivos diplomas legais.

### 5.1. CONCEITOS E PRÁTICAS EM PORTUGAL E EM ESPANHA

#### 5.1.1. CONCEITOS

Actualmente, não existe em Portugal uma definição concreta quanto à política pretendida para as bibliotecas, nem quanto ao desenvolvimento dos catálogos. Os diplomas até agora publicados, que definem a lei orgânica e os estatutos da Presidência do Conselho de Ministros, não lhes fazem qualquer referência. A própria legislação que estabelece o regime de protecção e valorização do património cultural não as menciona, embora defina e proteja o património bibliográfico<sup>52</sup>.

Existiu um organismo - a Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, que deu lugar à Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, em 2011 - que tinha nas suas atribuições a missão de “promover e assegurar a execução de uma política nacional para as bibliotecas públicas, em conformidade com as orientações dos organismos internacionais do sector, subordinada à decisão da tutela e em diálogo com as autarquias, às quais compete a tutela e gestão desses equipamentos”<sup>53</sup>. Ou seja, a referida Direcção-Geral tinha como um dos seus objectivos a contribuição para a criação e desenvolvimento da rede de

---

<sup>52</sup> Lei n.º 107/2001, de 17 de Julho.

<sup>53</sup> Decreto-Lei n.º 92/2007, de 29 de Março.

bibliotecas públicas geridas e tuteladas pelos municípios – a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas<sup>54</sup>.

Por outro lado, a lei orgânica da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) atribui-lhe a missão de, entre outras, “funcionar como Agência Bibliográfica Nacional, registando e difundindo a bibliografia portuguesa corrente e retrospectiva, bem como assegurar a gestão do Catálogo Colectivo Nacional consubstanciado na PORBASE – Base Nacional de Dados Bibliográficos”<sup>55</sup>.

No país vizinho, pelo contrário, as bibliotecas e os catálogos são contemplados, desde logo, na legislação ligada à área da cultura. Com efeito, a Constituição, a Lei do Património Histórico, a Lei da Leitura, do Livro e das Bibliotecas, a legislação da Administração Geral do Estado e o diploma que define a estrutura orgânica básica da Secretaria de Estado de Cultura incluem referências às bibliotecas e aos catálogos colectivos<sup>56</sup>.

Tal como descrito no ponto 3.2, este diploma atribui à Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas, entre outras, as seguintes atribuições:

- a elaboração de programas e planos para o desenvolvimento das bibliotecas, bem como a coordenação e promoção da cooperação bibliotecária;
- a oferta de serviços técnicos e assessoria em questões biblioteconómicas;
- a criação, dotação e desenvolvimento de bibliotecas de titularidade estatal;
- a aquisição, o desenvolvimento e a utilização de registos de bibliotecas;

---

<sup>54</sup> DIRECÇÃO-GERAL DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS - Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais.

<sup>55</sup> Decreto-Lei n.º 90/2007, de 29 de Março.

<sup>56</sup> ESPANHA. Ministerio de Cultura - Bibliotecas de Titularidad Estatal e n.º 1 do Real Decreto 1132/2008, de 4 de Julho.

- a coordenação e a manutenção do catálogo colectivo do património bibliográfico.

Outro diploma, a Lei da Leitura, do Livro e das Bibliotecas<sup>57</sup>, começa por afirmar, logo no seu início, que o século XXI se inicia com uma nova concepção e definição da leitura e do livro, descritos como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento da personalidade dos indivíduos e para o acesso à educação e à cultura próprios da sociedade da informação. É salientado o papel das novas tecnologias da informação e da comunicação na forma como as bibliotecas prestam o serviço público a que são obrigadas.

Quanto às bibliotecas públicas, são definidas como aquelas que, independentemente de estarem inseridas em organismos públicos ou privados, estão acessíveis a qualquer cidadão, sem nenhum tipo de limitação pessoal ou social. Os serviços que prestam são os seguintes:

- a possibilidade de consulta, no local, das publicações que fazem parte da sua colecção;
- o empréstimo, individual e colectivo;
- a satisfação das necessidades informativas dos cidadãos;
- o acesso à informação digital através da internet, ou redes semelhantes, e formação sobre a forma de lhes aceder;
- o acesso, livre e gratuito, aos serviços básicos.

O mesmo diploma define, ainda, o Sistema Español de Bibliotecas, que consiste num conjunto de serviços que trabalham, em cooperação e colaboração, no sentido de desenvolver os serviços bibliotecários. Dele fazem parte o Ministério, a Biblioteca Nacional de Espanha, bibliotecas públicas, o

---

<sup>57</sup> Ley 10/2007, de 22 de junio.

Conselho de Cooperação Bibliotecária, bem como as bibliotecas das regiões autónomas e de entidades privadas que assim o entendam.

A criação de bibliotecas digitais está igualmente contemplada no diploma, de acordo com as recomendações da União Europeia e dos organismos internacionais da área. Preconiza que o acesso às mesmas deverá ser em linha e que as colecções analógicas deverão ser digitalizadas, por forma a preservar conteúdos para as gerações futuras.

A cooperação entre bibliotecas é outro tema incluído na referida lei. É definida como o vínculo voluntário que se estabelece entre bibliotecas, independentemente da sua tutela, visando a troca de informações, ideias, serviços, conhecimentos e meios, com o objectivo de otimizar os recursos existentes e de desenvolver os serviços bibliotecários. O órgão que a promove, ao nível da administração pública, é o Conselho de Cooperação Bibliotecária, e inclui representantes da administração pública central e local, das regiões autónomas, das universidades e das associações profissionais da área. A cooperação internacional é encorajada, sobretudo na Europa e nas zonas de influência ibero-americana.

#### 5.1.2. PRÁTICAS

No nosso país, as bibliotecas da área da Cultura não têm tido grande desenvolvimento nem divulgação enquanto parte de uma rede, mas apenas enquanto unidades documentais dos organismos em que estão inseridas. Conforme referido anteriormente, os diversos diplomas que criaram a PCM e os organismos que a antecederam, bem como as diversas leis orgânicas que foram sendo promulgadas, não lhes fazem qualquer referência<sup>58</sup>. Por outro lado, é frequente, e positiva, a existência de bibliotecas apesar de não estarem previstas, nem nas leis orgânicas, nem nos estatutos dos diversos organismos que constituem a PCM.

---

<sup>58</sup> Decretos-Lei n.ºs 42/96, de 7 de Maio e 215/2006, de 27 de Outubro.

Nos dois portais do extinto MC denominados Portal da Cultura<sup>59</sup> (actualmente indisponível) e Cultura On-line<sup>60</sup> (ainda em funcionamento), são escassas as referências a bibliotecas. O primeiro é o mais antigo, de cariz mais institucional. No que diz respeito a bibliotecas, apenas incluía os contactos da BNP. Incluía, ainda, um atalho para uma página de arquivos e bibliotecas, embora o acesso fosse limitado a utilizadores autorizados<sup>61</sup>.

O segundo portal (do já extinto MC) foi criado pelo XVII Governo Constitucional, caracterizando-se por uma grande diversidade de conteúdos e com uma excelente apresentação gráfica. Lamentavelmente, não tem qualquer referência a bibliotecas.

Finalmente, há a acrescentar um blogue, que se assumia como um meio de comunicação informal, igualmente criado pelo XVII Governo Constitucional. Os seus conteúdos eram postados pelos dirigentes do Ministério e pelos seus assessores<sup>62</sup>. Apesar de ter sido implementado no final de 2010, foi desactivado em 2011, na sequência da mudança de Governo.

No que diz respeito à existência de catálogos colectivos na PCM, destacamos três exemplos: a PORBASE, referida em 2.4; a Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas; e o catálogo colectivo do extinto Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, actualmente Direção-Geral do Património Cultural.

A Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas foi criada pelo extinto Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, conforme descrito no ponto 2. Apesar de inserido numa estrutura de cerca de 200 bibliotecas, o catálogo colectivo está limitado às 13 unidades que têm servidores com o protocolo Z39.50. O seu objectivo é a disponibilização de recursos e serviços às bibliotecas envolvidas (cerca de 190), sob a forma de infra-estrutura

---

<sup>59</sup> PORTUGAL. Ministério da Cultura - Início.

<sup>60</sup> *Idem* - Página inicial.

<sup>61</sup> PORTUGAL. Ministério da Cultura - Organismos.

<sup>62</sup> PORTUGAL. Ministério da Cultura - Blogue da cultura.

tecnológica, com o objectivo de consolidar a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

O catálogo colectivo do extinto Instituto de Gestão do Património Architectónico e Arqueológico inclui três das várias bibliotecas que constituíam aquele organismo – duas do próprio Instituto - Biblioteca Geral e Biblioteca de Arqueologia - e a biblioteca do mosteiro dos Jerónimos, que dele dependia hierarquicamente. Em comum tinham o facto de os respectivos catálogos se encontrarem automatizados e partilharem o mesmo *software* – o Bibliobase. No formulário de pesquisa foi criada uma opção que permite seleccionar pesquisas extensivas a todas ou a uma só biblioteca, sendo esta a opção que surge por defeito<sup>63</sup>. O acesso a este catálogo ainda é feito através do sítio do referido instituto, enquanto o sítio da Direção-Geral do Património Cultural, o organismo que lhe sucedeu, não é activado.

Em Espanha, a realidade é um tanto diferente da do nosso país no que diz respeito às bibliotecas. As referências que lhes são feitas são inúmeras, a começar pela própria Constituição. Nela pode ler-se que, dentro das competências exclusivas do Estado, está a “defensa del patrimonio cultural, artístico y monumental español contra la exportación y la expoliación; museos, bibliotecas y archivos de titularidad estatal, sin perjuicio de su gestión por parte de las Comunidades Autónomas”<sup>64</sup>.

A legislação também as contempla, sendo que estão em vigor os seguintes diplomas:

- Lei 16/1985, de 25 de Junho, referente ao património histórico;
- Real Decreto 582/1989, que aprova o regulamento das bibliotecas públicas do Estado e o sistema espanhol de bibliotecas;

---

<sup>63</sup> INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO - Biblioteca Geral.

<sup>64</sup> ESPANHA. Constitución Española, art.º 149, alínea 1, n.º 28.



- Real Decreto 1572/2007, de 30 de Novembro, que regulamenta os órgãos de coordenação das bibliotecas do Estado e dos organismos públicos;
- Lei 10/2007, de 22 de Junho, relativa à leitura, livro e bibliotecas;
- Real Decreto n.º 257/2012, de 27 de Janeiro, que define a estrutura orgânica do Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.

Igualmente no sítio do Ministerio são bastantes as referências e os conteúdos relativos a bibliotecas. Logo na página inicial<sup>65</sup>, no menu do topo, existe um botão chamado Áreas, que por seu lado, leva a um submenu onde há um botão chamado Bibliotecas. Entrando na página Bibliotecas, as opções são bastantes, tal como referido no anexo 3: informação geral; cooperação; bibliotecas de titularidade estatal; serviços e catálogos de bibliotecas públicas; directório das bibliotecas espanholas; bibliotecas públicas em números (estatísticas); património bibliográfico; bibliotecas digitais; e recursos profissionais. Na mesma página, além dos conteúdos actualizados, existem menus de acesso a outros serviços do Ministerio e ligações a outras páginas, à direita.

As Bibliotecas de Titularidad Estatal (bibliotecas públicas) são da responsabilidade do Estado, que promove a sua coordenação em todo o território, tal como referido no artigo 149 da Constituição<sup>66</sup>. A Lei 16/1985 também lhes faz referência, afirmando que o Estado deve promover a comunicação e a coordenação de todas as bibliotecas públicas existentes em território espanhol<sup>67</sup>. A Lei 10/2007, por outro lado, reforça o papel do Estado ao afirmar que o Ministerio, além de outras atribuições, deverá desenvolver as funções de normalização e coordenação das bibliotecas e serviços afins dependentes da administração pública, bem como a definição dos respectivos

---

<sup>65</sup> ESPANHA. Ministerio de Cultura - Portada.

<sup>66</sup> Nota 64, artigo 149.1.28.

<sup>67</sup> Artigo 61.3 da Lei n.º 16/1985, de 25 de Junho.

instrumentos de normalização<sup>68</sup>. O Real Decreto 1572/2007 determina o cumprimento destas disposições, sendo que o Real Decreto n.º 257/2012 é o mais recente diploma que define a estrutura orgânica do MECD. Na página *web* correspondente está disponível toda a informação relativa a estas bibliotecas, bem como a legislação que as regulamenta e os antecedentes da sua criação<sup>69</sup>.

O botão chamado Serviços e Catálogos de Bibliotecas Públicas<sup>70</sup> permite o acesso a outra página igualmente rica em informação e com ligações a outras páginas. Os conteúdos são os seguintes:

- Catálogos de Bibliotecas Públicas - catálogo colectivo;
- REBECA - base de dados;
- Serviço de Perguntas e Respostas;
- Páginas *Web*;
- Arquitectura e Bibliotecas.

O catálogo colectivo, chamado Catálogos de Bibliotecas Públicas, permite o acesso às colecções das 52 bibliotecas públicas do Estado (BPE). Teve início em 1996, por iniciativa da Subdirecção Geral de Coordenação Bibliotecária (SGCB), com o objectivo de possibilitar aos cidadãos espanhóis a consulta remota aos catálogos das bibliotecas públicas. Este catálogo agrega uma das redes mais importantes do país, pela sua cobertura territorial, que brevemente será completado com os catálogos das 17 redes de bibliotecas públicas das comunidades autónomas - Andaluzia, Aragão, Canárias, Cantábria, Castilha-Mancha, Castilha-Leão, Catalunha, comunidade de Madrid, comunidade de Valência, Estremadura, Galiza, Rioja, Navarra, País Basco, principado de Astúrias e região de Múrcia.

---

<sup>68</sup> Artigo 14.3 d) da Lei n.º 10/2007, de 22 de Junho.

<sup>69</sup> Ver o anexo 6.

<sup>70</sup> Ver o anexo 7.

O projecto REBECA é uma base de dados de registos bibliográficos concebida para a catalogação automatizada nas bibliotecas públicas. É uma iniciativa conjunta do Ministério e das comunidades autónomas, que pretende reduzir o tempo dispendido na catalogação e facilitar a manutenção dos registos de forma normalizada. Estes são disponibilizados, de forma gratuita, no formato IBERMARC. O REBECA é actualizado diariamente, de forma cooperativa, estando a sua coordenação a cargo da Subdirecção Geral de Coordenação Bibliotecária. Participam no projecto oito bibliotecas centrais de comunidades autónomas, quatro redes de bibliotecas públicas e 13 bibliotecas públicas. O seu conteúdo é ainda enriquecido com a incorporação de analíticos de revistas da base de dados da Asociación de Revistas Culturales de España (ARCE).

O Serviço de Perguntas e Respostas é de informação pública, gerido de forma cooperativa por diversas bibliotecas públicas. Está disponível para todos os cidadãos que o pretendam utilizar, podendo formular questões por correio electrónico ou em linha.

As Páginas Web permitem o acesso às referidas páginas das bibliotecas públicas. Asseguram o acesso ao catálogo, à programação das suas actividades, a informação de carácter geral e o acesso a uma área específica para crianças e jovens.

Arquitectura e Bibliotecas é uma base de dados sobre os edifícios onde as bibliotecas estão instaladas. Inclui itinerários arquitectónicos, geográficos, históricos e culturais da zona em que estão inseridas.

Voltando ao submenu Bibliotecas, o Directório das Bibliotecas Espanholas é outro serviço disponível, e que corresponde a uma base de dados de informação sobre bibliotecas. Ali são fornecidos os mais diversos elementos sobre bibliotecas nacionais, regionais, públicas, do ensino superior, especializadas, localizadas em território nacional e no estrangeiro. Cada registo inclui uma descrição da biblioteca em questão, com os seguintes elementos:

apresentação genérica, designação, tipo e categoria, endereço postal, números de telefone e fax, endereço electrónico, endereço web e localização geográfica, através de um mapa.

No botão seguinte, Bibliotecas Públicas em Números, estão as estatísticas sobre bibliotecas. Está disponível um documento electrónico, com mapas, quadros, anexos, indicadores de rendimento, indicação das bibliotecas que colaboraram no estudo e da entidade que o coordenou – a Sub direcção Geral de Coordenação Bibliotecária. É actualizado anualmente, no sentido de se conhecerem os elementos necessários ao desenvolvimento da política bibliotecária, para melhor se conhecer este serviço público e valorizar o nível de desenvolvimento alcançado. Em 2010 foi o serviço cultural mais utilizado a nível nacional<sup>71</sup>.

Segue-se o botão Património Bibliográfico, uma das preocupações do MECD. Para o efeito, foi constituído um catálogo colectivo com os bens que dele fazem parte. Estão incluídas a descrição e a localização dos fundos bibliográficos existentes em bibliotecas espanholas, públicas e privadas, que, pela sua antiguidade, riqueza ou singularidade, façam parte deste património.

O botão seguinte é o das Bibliotecas Digitais. Estas têm como missão as seguintes actividades:

- a digitalização de colecções analógicas, por forma a generalizar a sua utilização na sociedade de informação;
- o acesso em linha como forma de facilitar o acesso à informação por parte dos cidadãos, investigadores e empresas;
- a preservação de conteúdos, para usufruto das gerações futuras.

Finalmente, o último botão do submenu Bibliotecas diz respeito aos recursos profissionais. Inclui ligações aos seguintes conteúdos:

---

<sup>71</sup> Ver o anexo 8.

- *software* desenvolvido pela SGCB – o *software* de código aberto KOHA está a ser desenvolvido pela SGCB em vários projectos, podendo ser ali descarregado;
- portal TRAVESÍA – colectânea de legislação e normas técnicas para bibliotecas;
- Correo Bibliotecario – boletim informativo publicado pela SGCB, em formato electrónico, sobre bibliotecas e cooperação;
- criação de páginas *web* – qualquer biblioteca que o pretenda pode criar e utilizar páginas *web* de forma gratuita através da ferramenta informática do MECD;
- manual de estilos – regras e exemplos a seguir na criação dos logótipos das bibliotecas públicas;
- lista de encabeçamentos de matérias para as bibliotecas públicas – a versão disponibilizada é a cópia digitalizada da edição de 1994, em espanhol;
- regras de catalogação, publicadas pela SGCB em 1999;
- formulário para a saída de fundos – destinado à autorização do Ministro da tutela à saída de obras do património bibliográfico do país.

Igualmente no submenu Áreas, na página inicial do MECD, o botão Museos leva-nos a uma página rica em conteúdos. Ali podemos, por exemplo, aceder à rede das bibliotecas de museus (BIMUS), já descrita em 1.5.

Também no submenu Áreas, há uma ligação a Libro, Lectura y Letras, uma página bastante rica em conteúdos. Destacamos o papel do Observatório do Livro e da Leitura, que na sua página *web* disponibiliza informação e recursos variados.

Ainda na página inicial do MECD, no botão Serviços, é possível o acesso à página dos seus centros de documentação. Os oito centros têm página *web* própria e todos, com excepção do Centro de Información Documental de Archivos, disponibilizam uma ligação ao catálogo.

O último exemplo que destacamos é um projecto recente, também na área da Cultura, mais precisamente nas BAGE - Bibliotecas de la Administración General del Estado. Em 2009, foi constituído um grupo de trabalho cuja missão é a criação de um catálogo colectivo extensivo a todas as bibliotecas do Estado<sup>72</sup>, num total de 982 unidades, e que se chamará Punto de Consulta Único (PCU). O catálogo assentará num *software* de código aberto – o KOHA – e será constituído pelos metadados dos catálogos das bibliotecas envolvidas. O PCU corresponderá a um novo modelo de catálogo colectivo, quer através da estruturação dos metadados, quer através do desenvolvimento de interfaces cada vez mais avançados.

## 5.2. NECESSIDADES E CONTEÚDOS A CONSIDERAR

Através do presente projecto, pretendemos criar um modelo de catálogo colectivo das bibliotecas da área da Cultura, por forma a reunir numa única estrutura todas as unidades de informação existentes naquele universo, com páginas *web*, bem como toda a informação complementar considerada necessária e útil a uma estrutura com estas características.

### 5.2.1. NECESSIDADES

São vários os requisitos necessários à implementação do projecto, podendo ser divididos da seguinte forma:

- meios humanos – será fundamental a criação de uma equipa multidisciplinar, constituída por dois informáticos e um bibliotecário;

---

<sup>72</sup> ESPANHA. Ministerio de Cultura - Establecimiento de un punto de consulta único de las colecciones de las Bibliotecas de la Administración General del Estado.

- meios físicos – deverá ser disponibilizada uma sala de trabalho para a referida equipa, sendo que os equipamentos informáticos poderão ser alojados num espaço previamente existente, nas instalações da Presidência do Conselho de Ministros;
- meios técnicos – será necessário adquirir licenças e módulos de *software*, bem como a sua instalação;
- meios financeiros – para o arranque do projecto será necessária a quantia de 9000 euros, correspondente à aquisição dos diversos módulos, licenças e instalação em 19 bibliotecas – aquelas que responderam ao inquérito elaborado para o presente trabalho, conforme referido no ponto 4.

#### 5.2.2. CONTEÚDOS

No sítio do extinto Ministério, indisponível já depois de iniciado este trabalho, a informação relativa às bibliotecas era pouco visível. Apenas utilizadores autorizados tinham acesso ao menu Arquivos e Bibliotecas. Assim, parece-nos importante acrescentar elementos complementares aos outrora disponibilizados, pelo que o projecto a implementar deverá incluir:

- listas com as designações de todas as bibliotecas existentes naquele universo, com as moradas e respectivos contactos (endereço postal e electrónico, telefone e página *web*), agrupadas por tipologia, bem como o nome dos seus responsáveis;
- um atalho para cada página *web*, sendo que cada unidade de informação terá a sua própria página;
- um atalho para cada catálogo;
- um botão para acesso ao catálogo colectivo.

Serão, também, consideradas as seguintes características:

- o interface de pesquisa será desenhado por forma a ser amigável, quer para utilizadores experientes, quer para inexperientes, encorajando-os a utilizar o sistema;
- a linguagem utilizada será clara e inequívoca, evitando abreviaturas e palavras ou expressões técnicas;
- na página inicial estará incluída a possibilidade de navegação em inglês;
- os menus e os ícones serão de fácil percepção;
- cada página será pouco extensa quanto a conteúdos, sendo os mesmos colocados noutra página, evitando o excesso de informação.

Para a implementação do catálogo colectivo será utilizado o *software* Biblio.net, uma aplicação nova desenvolvida a partir do Bibliobase. Este, tal como referido no ponto 4.2, é o *software* que tem mais representatividade no universo das bibliotecas do Ministério. Resumimos as suas principais características:

- é um sistema de gestão integrada de bibliotecas, através de módulos que interagem entre si;
- a gestão e a operação dos módulos é feita através de um interface *web*, pelo que, havendo acesso à internet, a gestão e administração do sistema podem ser executadas em qualquer local, nomeadamente fora do espaço físico das bibliotecas;
- o sistema é centralizado, ou seja, a aplicação e as bases de dados são instaladas num único servidor, que pode ser consultado em tempo real;
- podem ser agrupadas várias bibliotecas, com bases de dados comuns ou não, mas cuja gestão é distinta;



- assume a gestão de bases de dados com diferentes formatos, por exemplo, as várias versões de MARC;
- dado utilizar o formato ISO2709, é possível a troca de registos, quer por importação, quer através de exportação;
- apesar de o formato UNIMARC ser aquele que define a estrutura dos dados bibliográficos, é possível a descrição destes em vários formatos (ISBD, NP405, etc.);
- os registos bibliográficos importados de outras bases (Bibliobase e outras) são passíveis de conversão para esta aplicação;
- é possível a criação de RSS/*feeds*.

Os módulos actualmente disponíveis são os seguintes:

- catalogação;
- controlo de existências;
- circulação e empréstimo;
- interface WWW-BibliOpac;
- gestão de utilizadores/acessos;
- gestão de impressões, estatísticas e impressoras;
- administração de bases de dados;
- gestor de tarefas;
- registo de eventos;
- gestão de tesouros.

De acordo com as instruções técnicas fornecidas pela empresa proprietária, para a instalação do Biblio.net será necessário um servidor com as seguintes características, para o grupo inicial de 19 bibliotecas:

- 250 Mb de memória, para a aplicação;
- espaço para o gestor SQL Server - pelo menos 50 Mb;
- 350 Mb de memória para cada biblioteca (para cerca de 100 000 registos);
- Windows 2003/2008 Server;
- leitor de DVD;
- Internet Information Server, Framework.NET 3.5;
- SQL Server 2005;
- um total de 9 Gb de memória.

### 5.3. IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO

Através do presente projecto, pretendemos não só criar o catálogo colectivo das bibliotecas da cultura, como igualmente apetrechar o Portal da Cultura com novas funcionalidades.

#### 5.3.1. OBJECTIVOS

Os objectivos que pretendemos atingir com a implementação do projecto estão relacionados com a oferta de ferramentas para a investigação propiciadas pelo projecto, concretamente:

- acções de sensibilização para o novo serviço – divulgação na página inicial do sítio da PCM; através de correio electrónico para utilizadores identificados e/ou frequentes; apresentação de comunicação e/ou poster em encontros profissionais da área; etc;
- elaboração de manual de formação, para os técnicos das bibliotecas participantes;
- elaboração de manual de formação, para o público em geral;

- formação de utilizadores – vocacionada para o pessoal das bibliotecas envolvidas;
- formação de utilizadores – destinadas ao público em geral, nomeadamente para utilizadores frequentes das bibliotecas envolvidas;
- elaboração de relatório, após a implementação do projecto;
- acompanhamento regular do desenvolvimento do projecto.

### 5.3.2. APROVAÇÃO

Para a implementação do projecto será necessário obter autorização da Secretaria-Geral da PCM, serviço que detém a tutela da informação, nomeadamente no que diz respeito aos sítios e aos portais disponibilizados na internet. O procedimento a utilizar será a aquisição por ajuste directo, com as seguintes características<sup>73</sup>:

- não é necessário a formalização através de contrato;
- será feito um convite à empresa que desenvolveu o Biblio.net - Bibliosoft - que incluirá o caderno de encargos previamente elaborado;
- o convite mencionará ainda o prazo para apresentação de proposta e qual a forma de apresentação da mesma;
- o prazo para a conclusão do projecto não deverá ser superior a um ano, contado a partir da data de adjudicação.

Depois da aprovação, as 19 bibliotecas que responderam ao inquérito serão chamadas a participar no catálogo.

---

<sup>73</sup> Dec-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e Dec-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro.

Numa fase posterior, todas as outras bibliotecas enquadradas no âmbito da PCM serão integradas no catálogo colectivo.

#### 5.3.3. CALENDARIZAÇÃO

Após a aprovação do projecto, prevê-se o seu desenvolvimento no prazo de seis meses, conforme descrito no apêndice 6.

Considerando outros seis meses para atrasos e situações imprevistas, e dado que a lei prevê o prazo máximo de um ano para este tipo de procedimento - aquisição por ajuste directo - o catálogo colectivo das bibliotecas da área da Cultura deverá estar em pleno funcionamento um ano após a data da sua adjudicação.

#### 5.3.4. APRESENTAÇÃO DO CATÁLOGO COLECTIVO DAS BIBLIOTECAS DO ANTIGO MINISTÉRIO DA CULTURA

Aquando do início do presente trabalho, o Portal da Cultura era aquele que surgia em primeiro lugar quando se procurava informação sobre o extinto Ministério da Cultura através do motor de busca Google. Um outro portal, chamado Cultura On-Line, foi criado posteriormente àquele, sendo dotado de uma apresentação mais apelativa e dinâmica que o anterior.

Actualmente, tal situação já não se verifica. Na sequência da extinção do MC, o sítio que surge em primeiro lugar é o da extinta Secretaria-Geral do referido Ministério. Os portais mencionados mantêm-se activos mas não surgem nos primeiros lugares, quando se procura o extinto Ministério da Cultura.

Dado o Portal da Cultura ser dotado, em nosso entender, de uma estrutura mais amigável, um tanto à semelhança do exemplo espanhol, entendemos dever nele implementar o projecto de catálogo colectivo. Neste sentido, foram criadas nove páginas HTML, incluídas no apêndice 7, e que ilustram o projecto em questão.

## 6. CONCLUSÕES

Vivemos numa sociedade dominada pela informação, pelo que a *web* é cada vez mais importante nos mais diversos aspectos nas nossas vidas. Em nosso entender, não só é possível como é desejável prestar bons serviços utilizando-a como veículo. Foi nesse sentido que desenvolvemos o presente projecto, vocacionado para aqueles que pretendem aceder às bibliotecas e às suas colecções através da *web*.

O principal objectivo deste trabalho de projecto correspondeu ao desenvolvimento de um catálogo colectivo, extensivo às diversas bibliotecas que fazem parte da estrutura do extinto Ministério da Cultura, actualmente integradas na Presidência do Conselho de Ministros. É nossa intenção, com a sua implementação, contribuir para que o acesso à informação, por parte de todos os interessados pelas diversas áreas da cultura, seja cada vez mais eficaz.

Com efeito, aquando do início deste projecto a administração pública central portuguesa tinha uma estrutura diferente da actual. Os diversos organismos descritos ao longo deste trabalho foram sujeitos a fusões e a extinções a partir de 2011, em resultado das eleições legislativas que levaram à tomada de posse do XIX Governo Constitucional. Os ministérios até então existentes (14) foram reduzidos para 11. Outra das alterações verificadas foi a mudança de tutela de alguns dos serviços do outrora Ministério da Cultura para a Presidência do Conselho de Ministros. À data em que finalizamos este projecto ainda não está concluída a reforma determinada pelo referido Governo.

Curiosamente, também no país vizinho se assistiu a importantes mudanças na administração pública central, igualmente derivadas das alterações impostas pelas eleições legislativas havidas no mesmo ano. No entanto, em Espanha essas mudanças foram rapidamente consolidadas, tendo sido divulgadas nas páginas *web* dos sítios e portais dos diversos organismos da administração pública central espanhola.

Durante a elaboração do trabalho, deparámo-nos com algumas dificuldades, que se prenderam, sobretudo, com a bibliografia e com o inquérito realizado.

Com efeito, enfrentámos bastantes dificuldades na selecção de bibliografia publicada no nosso país sobre as questões teóricas abordadas. Assim sendo, sentimo-nos obrigados a recorrer aos títulos publicados lá fora, sobretudo nos E.U.A. e em Espanha, situação que implicou elevado investimento, quer em investigação, quer na sua aquisição.

Tivemos, igualmente, de enfrentar a relutância de muitos dos responsáveis das bibliotecas inquiridas em responder ao questionário. As respostas obtidas - 19, de um universo de 32 bibliotecas - só foram conseguidas após bastante insistência da nossa parte, feita quer através de correio electrónico, quer por telefone.

Quanto à sequência do trabalho, no capítulo inicial começámos por definir o conceito de catálogo, tendo descrito o seu desenvolvimento ao longo dos tempos. Seguidamente, referimos a importância da sua automatização, que se verificou a partir de meados do século XX, e cuja evolução se pode agrupar em quatro fases distintas. Continuámos com a caracterização de catálogos colectivos relevantes existentes na administração pública central, portuguesa e espanhola, tendo concluído que no país vizinho estão mais generalizados do que no nosso. O nosso objectivo foi o da perspectiva histórica da sua transformação, tendo como consequência uma maior disponibilização.

No capítulo subsequente, abordámos a existência de redes nas estruturas da administração pública portuguesa, a que se seguiu a caracterização dos serviços de cultura na administração pública central de Portugal e de Espanha. Seguidamente, descrevemos os métodos utilizados no trabalho – o *benchmarking* e o inquérito. O *benchmarking* permitiu-nos analisar e comparar ambas as realidades, ao passo que as respostas ao inquérito nos possibilitaram a caracterização das diversas bibliotecas da área da cultura que constituirão o referido catálogo.

No projecto propriamente dito, começámos por descrever os conceitos e as práticas nos dois países, tendo seguidamente apontado as necessidades e os conteúdos desejáveis. Finalizámo-lo com a apresentação das páginas que integram a nossa proposta de um portal para a Cultura e que ilustram a criação e desenvolvimento do catálogo colectivo para essa área.

Apesar dos acentuados constrangimentos económicos a que o país está obrigado, sobretudo ao nível da administração pública central, consideramos que o investimento necessário à implementação deste projecto não será considerado excessivo, antes pelo contrário, estamos certos de que em muito contribuirá para o acesso ao conhecimento, instrumento essencial à correcta prossecução em qualquer área da actividade humana.

Quanto à possibilidade deste trabalho servir de inspiração para outros semelhantes, só nos podemos congratular e disponibilizar para que a nossa colaboração contribua para o reconhecimento da crescente importância das ciências da informação em todas as áreas da actividade humana.

## REFERÊNCIAS

BIBLIOSOFT – *Biblio.net : sistema integrado de processamento e gestão bibliográfica*. Famões : Bibliosoft, [s.d.]. Consult. 14 Ago. 2012. Disponível em <<http://www.bibliosoft.pt/pt/content/12-biblionet/31-carateristicas-gerais>>.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – *PORBASE–Base Nacional de Dados Bibliográficos* [Em linha]. [Lisboa] : BNP, 2006. [Consult. 3 Jun. 2011]. Disponível em <<http://www.porbase.org/sobre-porbase/que-e.html>>.

BUCKLAND, Michael - From catalog to selecting aid. In SLEEMAN, Bill ; BLUH, Pamela, ed. - *From catalog to gateway : charting a course for future access : briefings from the ALCTS catalog form and function committee*. Chicago : ALA, 2005. p. 11-14.

CÂMARA , Pedro B. da ; GUERRA, Paulo Balreira ; RODRIGUES, Joaquim Vicente – *Humanator : recursos humanos e sucesso empresarial*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa : D. Quixote, 1999. (Gestão e Inovação. Ciências de Gestão ; 7).

COCHRANE, Pauline Atherton - *Redesign of catalogs and indexes for improved online subject access : selected papers of Pauline A. Cochrane*. Phoenix : Oryx Press, 1985.

COUSINS, Shirley - Virtual OPACs versus union database : two models of union catalogue provision. *The Electronic Library*. Vol. 17, n.º 2 (1999), p. 97-103.

CRUE-Conferencia de Rectores de las Universidades Españolas - *¿Qué es REBIUN?* [Em linha]. [S.l : s.n., s.d.]. [Consult. 22 Jan. 2011].Disponível em <<http://www.rebiun.org/pruebaConfig/>>.

CRUE-Conferencia de Rectores de las Universidades Españolas - *Red de Bibliotecas Universitarias (REBIUN)* [Em linha]. [S.l : sn, s.d.]. [Consult. 22 Jan. 2011].Disponível em <<http://www.crue.org/Bibliotecas/Rebiun/index.html>>.

CSIC-Consejo Superior de Investigaciones Científicas - *Información general* [Em linha]. Madrid : Unidad de Recursos de Información Científica para la Investigación, 2011. [Consult. 22 Jan 2011]. Disponível em <<http://bibliotecas.csic.es/red/redinfo.html>>.

CSIC-Consejo Superior de Investigaciones Científicas - *Servicios y usuarios en las bibliotecas del CSIC* [Em linha]. Madrid : Unidad de Recursos de Información Científica para la Investigación, 2011. [Consult. 22 Jan 2011]. Disponível em <<http://bibliotecas.csic.es/servicios/servicio.html>>.

Decreto-Lei 42/96, de 7 de Maio. *D.R. I Série-A*. N.º 106 (1996-05-07).

Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de Dezembro. *D.R. 1.ª série*. N.º 249 (2011-12-29).



Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. *D.R. 1.ª série*. N.º 20. (2008-01-29).

Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro. *D.R. I Série*. N.º 208 (2006-10-27).

Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro. *D.R. 1.ª série*. N.º 192 (2009-10-02).

Decreto-Lei n.º 90/2007, de 29 de Março. *D.R. 1.ª Série*. N.º 63 (2007-03-29).

Decreto-Lei n.º 92/2007, de 29 de Março. *D.R. 1.ª Série*. N.º 63 (2007-03-29).

DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – *Notícias* [Em linha]. [Lisboa] : DGARQ, 2012. [Consult. 4 Ago. 2012]. Disponível em <<http://dgarq.gov.pt/noticias/organica-da-direcao-%E2%80%93-geral-do-livro-dos-arquivos-e-das-bibliotecas/>>.

DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – *Rede Portuguesa de Arquivos* [Em linha]. [Lisboa] : DGARQ, 2011. [Consult. 16 Abr. 2011]. Disponível em <<http://dgarq.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/>>.

DIRECÇÃO-GERAL DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS – *Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais* [Em linha]. [Lisboa] : DGLB, 2008. [Consult. 24 Jun. 2011]. Disponível em <<http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/programaBibliotecas/Paginas/ProgramaApoioBibliotecasMunicipais.aspx>>.

ESPAÑA. *Constitución española*. [Em linha]. [S.l : sn, s.d.]. [Consult. 25 Jan. 2012]. Disponível em <[http://www.lamoncloa.gob.es/NR/rdonlyres/79FF2885-8DFA-4348-8450-04610A9267F0/0/constitucion\\_ES.pdf](http://www.lamoncloa.gob.es/NR/rdonlyres/79FF2885-8DFA-4348-8450-04610A9267F0/0/constitucion_ES.pdf)>.

ESPAÑA. Ministerio de Cultura - *Bibliotecas de Titularidad Estatal* [Em linha]. [Madrid] : MC, [s.d.]. [Consult. 21 Jun. 2011]. Disponível em <<http://www.mcu.es/bibliotecas/CE/BibliotecasTitEstatal/index.html>>.

ESPAÑA. Ministerio de Cultura - *El Ministerio de Cultura presenta el Catálogo Colectivo en línea de Bibliotecas de Museos (BIMUS)* [Em linha]. Madrid : M. C., [s.d.]. [Consult. 23 Jan. 2011]. Disponível em <[http://www.mcu.es/novedades/2009/novedades\\_BIMUS.html](http://www.mcu.es/novedades/2009/novedades_BIMUS.html)>.

ESPAÑA. Ministerio de Cultura - *Establecimiento de un punto de consulta único de las colecciones de las Bibliotecas de la Administración General del Estado : borrador de proyecto v.0*. [Em linha]. [Madrid] : MC, 2009. [Consult. 22 Jan. 2011]. Disponível em <[http://www.mcu.es/bibliotecas/docs/MC/BAGE/CCBAGE\\_proyecto\\_v0.pdf](http://www.mcu.es/bibliotecas/docs/MC/BAGE/CCBAGE_proyecto_v0.pdf)>.

ESPAÑA. Ministerio de Cultura - *Portada* [Em linha]. [Madrid] : MC, 2011. [Consult. 22 Jan. 2011]. Disponível em <<http://www.mcu.es/bibliotecas/MC/CBPE/index.html>>.

ESPAÑA. Ministerio de Cultura - *Presentación de los Catálogos de Bibliotecas Públicas* [Em linha]. [Madrid] : MC, [s.d.]. [Consult. 22 Jan. 2011]. Disponível em <http://www.mcu.es/bibliotecas/MC/CBPE/Presentacion.html>.

ESPAÑA. Ministerio de Cultura - *Quiénes somos : Red de Bibliotecas de Museos (BIMUS)* [Em linha]. Madrid : M. C., [s.d.]. [Consult. 23 Jan. 2011]. Disponível em <http://bimus.mcu.es/>.

FARIA, Maria Isabel ; PERICÃO, Maria da Graça – *Dicionário do livro : da escrita ao livro electrónico*. Coimbra : Almedina, 2008.

GARCÍA LÓPEZ, Genaro Luis - *Los sistemas automatizados de acceso a la información bibliográfica : evaluación y tendencias en la era de internet*. Salamanca : Universidad de Salamanca, 2007.

GIBNET - *GIBWEB : catálogos colectivos de bibliotecas escolares* [Em linha]. [S.l.] : GIBNET, 2011. [Consult. 30 Jul. 2011]. Disponível em <http://www.bibliotecasescolares.net/>.

GRAHAM, Peter S. – The mid-decade catalog. In SLEEMAN, Bill ; BLUH, Pamela, ed. - *From catalog to gateway : charting a course for future access : briefings from the ALCTS catalog form and function committee*. Chicago : ALA, 2005. p. 7-10.

HANSON, Eugene R. ; DAILY, Jay E. – Catalogs and cataloging. In DRAKE, Miriam A., ed. - *Encyclopedia of library and information science*. Second ed. New York : Marcel Dekker, 2003 . Vol. 1, p. 431-468.

INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO – *Biblioteca Geral* [Em linha]. Lisboa : IGESPAR, [s.d.]. [Consult. 25 Jun. 2011]. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/account/bibliotecas/bibliotecageral/>.

INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO – *Rede Portuguesa de Museus* [Em linha]. Lisboa : IMC, 2011. [Consult. 5 Nov. 2011]. Disponível em <http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/ContentDetail.aspx>.

KRAMER, Samuel Noah – *A história começa na Suméria*. [S. l.] : Círculo de Leitores, [s.d.]. 286 p.

Lei n.º 107/2001, de 17 de Julho. *D. R. I Série-A*. N.º 209 (2001-09-08).

Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto. *D. R. I Série-A*. N.º 195 (2004-08-19).

Ley n.º 10/2007, de 22 de Junho. *Boletín Oficial del Estado*. (2007-06-23) [Consult. 15 Nov. 2011]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10421/188>.

Ley n.º 16/1985, de 25 de Junho. *Boletín Oficial del Estado*. (1985-06-29). [Consult. 4 Ago. 2012]. Disponível em <<http://www.mcu.es/bibliotecas/CE/InfoGeneral/GestMinisterioIntroduccion.html>>.

LISBOA. Câmara Municipal - *Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa* [Em linha]. Lisboa : C. M., [s.d.]. [Consult. 30 Jul. 2011]. Disponível em <<http://blx.cm-lisboa.pt/>>.

MACGREGOR, George ; NICOLAIDES, Fraser - Towards improved performance and interoperability in distributed and physical union catalogues. *Program: electronic library and information systems*. Vol. 39, n.º 3 (2005), p. 227-247.

MACHADO, José Pedro – *Dicionário etimológico da língua portuguesa : com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*. 3.ª ed. Lisboa : Horizonte, 1977. 2.º vol.

PORTUGAL. Ministério da Cultura – *Blogue da cultura* [Em linha]. Lisboa : MC, [s.d.]. [Consult. 28 Jun. 2011]. Disponível em <<http://bloguedacultura.blogspot.com/>>.

PORTUGAL. Ministério da Cultura – *Início* [Em linha]. Lisboa : MC, [s.d.]. [Consult. 11 Abr. 2011]. Disponível em <<http://www.portaldacultura.gov.pt/Pages/PaginalInicial.aspx>> (actualmente indisponível).

PORTUGAL. Ministério da Cultura – *Organismos* [Em linha]. Lisboa : MC, [s.d.]. [Consult. 25 Abr. 2011]. Disponível em <<http://www.portaldacultura.gov.pt/organismos/Pages/organismos.aspx>> (actualmente indisponível).

PORTUGAL. Ministério da Cultura – *Página inicial* [Em linha]. Lisboa : MC, 2011. [Consult. 10 Abr. 2011]. Disponível em <<http://www.culturaonline.pt/Pages/default.aspx>>.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS - *Programa do XIX Governo Constitucional* [Em linha]. [Lisboa : PCM], [s.d.]. [Consult. 26 Mar. 2012]. Disponível em <[http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa\\_gc19.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf)>.

Real Decreto 1132/2008, de 4 de Julho. *Boletín Oficial del Estado*. N.º 189 (2008-07-09).

Real Decreto n.º 257/2012, de 27 de Janeiro. *Boletín Oficial del Estado*. N.º 24. (2012-01-28), p. 8113.

REITZ, Joan M. – *Federated search* [Em linha]. [S.l.] : ABC-CLIO, [s.d.]. [Consult. 16 Abr. 2011]. Disponível em <<http://www.abc-clio.com/ODLIS/searchODLIS.aspx>>.

REITZ, Joan M. – *Metasearch* [Em linha]. [S.l.] : ABC-CLIO, [s.d.]. [Consult. 16 Abr. 2011]. Disponível em <<http://www.abc-clio.com/ODLIS/searchODLIS.aspx>>.

SADEH, Tamar – Transforming the metasearch concept into a friendly user experience, p. 1-25 In COX, Christopher N., ed. lit. - *Federated search : solution or setback for online library services*. Binghamton : The Haworth Information Press, 2007.

UNIVERSIDADE DE AVEIRO – *CC-ColCat* [Em linha]. Aveiro : U. A., [s.d.]. [Consult. 22 Jan. 2011]. Disponível em <<http://cc.doc.ua.pt/>>.

UNIVERSIDADE DE AVEIRO – *Garantia de qualidade* [Em linha]. Aveiro : U. A., [s.d.]. [Consult. 11 Dez. 2011]. Disponível em <<http://cc.doc.ua.pt/ColCat/logfile.htm>>.

UNIVERSIDADE DE AVEIRO – *História* [Em linha]. Aveiro : U. A., [s.d.]. [Consult. 11 Dez. 2011]. Disponível em <<http://www.ua.pt/sbidm/biblioteca/PagelImage.aspx?id=2934>>.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *SIBUC* [Em linha]. Coimbra : U.C., 2009. [Consult. 18 Set. 2011]. Disponível em <<http://www.uc.pt/sibuc>>.

UNIVERSIDADE DE LISBOA - *Projecto SIBUL* [em linha]. Lisboa : U.L., 2009. [Consult. 22 Jan. 2011]. Disponível em <[http://aleph18.sibul.ul.pt/sibul/html/projecto\\_sibul.htm](http://aleph18.sibul.ul.pt/sibul/html/projecto_sibul.htm)>.

UNIVERSIDADE DO MINHO – *Catálogo geral* [Em linha]. Braga : U. M., 2011. [Consult. 30 Jul. 2011]. Disponível em <[http://aleph.s dum.uminho.pt/F/DRKLBN46ACRTBQ3ERT5LM56V88CP25TKARLJE8ISQDQI76I4XD-44015?func=file&file\\_name=find-b](http://aleph.s dum.uminho.pt/F/DRKLBN46ACRTBQ3ERT5LM56V88CP25TKARLJE8ISQDQI76I4XD-44015?func=file&file_name=find-b)>.

UNIVERSIDADE DO PORTO – *Virtual library* [Em linha]. Porto : U. P., 2007. [Consult. 30 Jul. 2011]. Disponível em <<http://catalogo.up.pt/>>.

## BIBLIOGRAFIA

ARMSTRONG, Annie R. - Student perceptions of federated searching vs single database searching. *Reference Services Review*. Vol. 37, n.º 3 (2009), p. 291-303.

ARNDT, Theresa - Services in a (post) Google world. *Reference Services Review*. Vol. 38, n.º 1 (2010), p. 7-9.

BARRATT, Caroline Cason ; ACHESON, Phoebe ; LUKEN, Emily - Reference models in the electronic library : the Miller Learning Center at the University of Georgia. *Reference Services Review*. Vol. 38, n.º 1 (2010), p. 44-56.

BENDER, David R. ; KADEC, Sarah T. ; MORTON, Sandy I. - *National information policies : strategies for the future*. Washington : Special Libraries Association, cop. 1991.

BERNAL TORRES, César Augusto - *Metodología de la investigación : para administración, economía, humanidades y ciencias sociales*. 2.ª ed. México : Pearson Educación, 2006.

BERRET, Pierre - *Diffusion et utilisation des TIC en France et en Europe*. [S.l. : s.n.], 2008.

BERTOT, John Carlo ; MACCLURE, Charles R. ; RYAN, Joe - Developing national network statistics and performance measures for US public libraries : issues, findings and recommendations. *Performance Measurement and Metrics*. Vol. 1, n.º 1 (2000), p.15- 41.

BORGMAN, Christine L. - Why are online catalogs hard to use? Lessons learned from information-retrieval studies. *Journal of the American Society for Information Science*. Vol. 37, n.º 6 (1986), p. 387-400.

BORGMAN, Christine L. - Why are online catalogs still hard to use? *Journal of the American Society for Information Science*. Vol. 47, n.º 7 (1996), p. 493-503.

BRYANT, Philip - Making the most of our libraries: library catalogue access - the issues and the opportunities. *Library Review*. Vol. 46, n.º 8 (1997), p. 554-560.

BYRUM JUNIOR, John D. - *Recommendations for urgently needed improvement of OPAC and the role of the National Bibliographic Agency in achieving it*. Oslo : IFLA, 2005.

CHEN, Xiaotian - MetaLib, WebFeat and Google : the strengths and weaknesses of federated search engines compared with Google. *Online Information Review*. Vol. 30, n.º 4 (2006), p. 413-427.

CHOAY, Françoise - *Alegoria do património*. 3.ª ed. Lisboa : Ed. 70, 2008.

CHOWDHURY, Gobinda ; POULTER, Alan ; MACMENEMY, David - At the sharp end : public library 2.0 : towards a new mission for public libraries as a "network of community knowledge". *Online Information Review*. Vol. 30, n.º 4 (2006), p. 454-460.

COLORADO CASTELLARY, Arturo - Nuevos lenguajes para la difusión del patrimonio cultural. *PH : boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*. N.º 46 (2003), p. 42-49.

COSTA, Joan ; RAPOSO, Daniel - *A rebelião dos signos : a alma da letra*. Lisboa : Dinalivro, 2010. 159 p.

COUSINS, Shirley ; SANDERS, Ashley - Incorporating a virtual union catalogue into the wider information environment through the application of middleware : interoperability issues in cross-database access. *Journal of Documentation*. Vol. 62, n.º 1 (2006), p. 120-144.

COX, Christopher N., ed. lit. - *Federated search : solution or setback for online library services*. Binghamton : The Haworth Information Press, 2007.

CRUE-Conferencia de Rectores de las Universidades Españolas - *Catálogo Colectivo de Rebiun* [Em linha]. [S.l. : s.n., s.d.]. [Consult. 22 Jan. 2011]. Disponível em <http://www.rebiun.org/pruebaConfig/grupostrabajo/informesgrupos/catalogo-colectivo.html>.

CURRIE, Jane P. - Web 2.0 for reference services staff training and communication. *Reference Services Review*. Vol. 38, n.º 2 (2010), p. 152-157.

Decretos Regulamentares n.ºs 33/2007 a 35/2007, de 29 de Março. *D.R. 1.ª Série*. N.º 63 (2007-03-29).

Decreto Regulamentar n.º 81/2007, de 30 de Julho. *D.R. 1.ª Série*. N.º 145 (2007-07-30).

Decreto-Lei n.º 149/90, de 10 de Maio. *D.R. 1.ª Série*. N.º 107 (1990-05-10).

Decretos-Lei n.ºs 158/2007 a 160/2007, de 27 de Abril. *D.R. 1.ª Série*. N.º 82 (2007-04-27).

Decreto-Lei n.º 164/2006, de 9 de Agosto. *D.R. 1.ª Série*. N.º 153 (2006-08-09).

Decreto-Lei n.º 18/2006, de 26 de Janeiro. *D.R. 1.ª Série-A*. N.º 19 (2006-01-26).

Decreto-Lei n.º 202/2009, de 28 de Agosto. *D.R. 1.ª Série*. N.º 167 (2009-08-28).

Decreto-Lei n.º 24/2008, de 8 de Fevereiro. *D.R. 1.ª Série*. N.º 28 (2008-02-08).

Decreto-Lei n.º 240-A/89, de 27 de Julho. *D.R. 1.ª Série*. N.º 171 (1989-07-27).

Decreto-Lei n.º 32/78, de 10 de Fevereiro. *D.R. I Série*. N.º 34 (1978-02-10).

Decreto-Lei n.º 357/84, de 31 de Outubro. *D.R. I Série*. N.º 253 (1984-10-31).

Decreto-Lei n.º 361/91, de 3 de Outubro. *D.R. I Série-A*. N.º 228 (1991-10-03).

Decreto-Lei n.º 39 190, de 27 de Abril. *D.G. I Série*. N.º 85 (1953-04-27).

Decreto-Lei n.º 391/99, de 30 de Setembro. *D.R. I Série-A*. N.º 229 (1999-09-30).

Decreto-Lei n.º 46 180. *D.R. I Série*. N.º 31 (1965-02-06).

Decreto-Lei n.º 70/2006, de 23 de Março. *D.R. I Série-A*. N.º 59 (2006-03-23).

Decretos-Lei n.ºs 89/2007 a 97/2007, de 29 de Março. *D.R. 1.ª Série*. N.º 63 (2007-03-29).

DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, Emilio - *La investigación en biblioteconomía y documentación*. Gijón : Trea, 2002.

DIRECÇÃO-GERAL DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS – *Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas* [Em linha]. [Lisboa] : DGLB, 2007. [Consult. 29 Jan. 2011]. Disponível em <<http://rcbp.dglb.pt/pt/Paginas/default.aspx>>.

ENGARD, Nicole C., ed. - *Library mashups : exploring new ways to deliver library data*. Medford : Information Today, 2009.

FERNÁNDEZ ABAD, Francisco Javier - El uso beneficioso del libro impreso y del libro digital. *Documentación de las Ciencias de la Información*. Vol. 30 (2007), p. 277-294.

GARCÍA CAMARERO, Ernesto ; GARCÍA MELERO, Luis Ángel - *La biblioteca digital*. Madrid : Arco, 2001.

GARCÍA, Francisco ; MOSCOSO CASTRO, Purificación - El sistema de ayuda al usuario de un catálogo en línea de acceso público : delimitación teórica y propuesta práctica. *Documentación de las Ciencias de la Información*. Vol. 30 (2007), p. 187-199.

GATENBY, Janifer - Aiming at quality and coverage combined : blending physical and virtual union catalogues. *Online Information Review*. Vol. 26, n.º 6 (2002), p. 326-334.

GIBSON, Ian ; GODDARD, Lisa - One box to search them all : implementing federated search at an academic library. Shannon Gordon. *Library Hi Tech*. Vol. 27, n.º 1 (2009), p. 118-133.

GORMAN, Michael - The wrong path and the right path : the role of libraries in access to, and preservation of, cultural heritage. *New Library World*. Vol. 108, n.º 11/12 (2007), p. 479-489.

HARRISON, E. – Union catalogs. In *Encyclopedia of library and information science*. New York : Marcel Dekker, 1964 . Vol. 31, p. 391-445.

HARTLEY, R. J. ; BOOTH, Helen - Users and union catalogues. *Journal of Librarianship and Information Science*. Vol. 38, n.º 1 (2006), p. 7-20.

HENRIQUES, Susana Maria Jerónimo Oliveira – *Literacia da informação : projecto para formação de utilizadores na Biblioteca-CDI da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa*. Lisboa : Faculdade de Letras da Universidade. Departamento de Ciências Documentais, 2011. Dissertação de mestrado.

IAPMEI – *Benchmarking e boas práticas*. [Em linha]. Lisboa : IAPMEI, [s.d.]. [Consult. 14 Dez. 2010]. Disponível em <<http://www.iapmei.pt/iapmei-bmkindex.php> consultado em 14-12-2010>.

IAPMEI – *O que é o benchmarking : processo* [Em linha]. Lisboa : IAPMEI, [s.d.]. [Consult. 14 Dez. 2010]. Disponível em <<http://www.iapmei.pt/iapmei-bmkartigo-01.php?temaid=2&subtemaid=11>>.

ISMAIL, Lizah - What net generation students really want : determining library help-seeking preferences of undergraduates. *Reference Services Review*. Vol. 38, n.º 1 (2010), p. 10-27.

JOINT, Nicholas - Federated search engines and the development of library systems. *Library Review*. Vol. 57, n.º 9 (2008), p. 654-659.

JOINT, Nicholas - Managing the implementation of a federated search tool in an academic library. *Library Review*. Vol. 58, n.º 1 (2009), p. 11-16.

KEEGAN, Richard ; O' KELLY, Eddie - *Aplicar o benchmarking para a competitividade : guia prático para PME*. Lisboa : IAPMEI, 2006.

LERESCHE, Françoise - *Bibliothèques et archives : partager des normes pour faciliter l'accès au patrimoine*. Québec : IFLA, 2008.

LÓPEZ LÓPEZ, Pedro ; GIMENO PERELLÓ, Javier, coord. - *Información, conocimiento y bibliotecas en el marco de la globalización neoliberal*. Gijón : Trea, 2005.

LUO, Lili ; BELL, Lori - *Text 4 answers : a collaborative service model*. [S.l. : s.n., 200 \_].

MARTÍNEZ USERO, José Ángel ; LARA NAVARRA, Pablo - Interoperabilidad de los contenidos en las plataformas de e-learning : normalización, bibliotecas



digitales y gestión del conocimiento. *Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento*. Vol. 3, n.º 2 (2006), p. 1-8.

MATEOS RUSILLO, Santos M., coord. - *La comunicación global del patrimonio cultural*. Gijón : Trea, 2008.

MILLER, William ; PELLE, Rita M. , ed. - *Libraries and Google*. Binghamton : Haworth, cop. 2005. 240 p.

MINERVA EC WORKING GROUP QUALITY, ACCESSIBILITY AND USABILITY, ed. lit. - *Handbook on cultural web user interaction*. [Roma] : MINERVA EC Project, 2008.

MOREIRA, Carlos Diogo - *Planeamento e estratégias da investigação social*. Lisboa : ISCSP, 1994.

MOYA MARTÍNEZ, Gregorio - La administración pública en línea : estudio sobre los servicios públicos de los ayuntamientos de la región de Murcia basados en web. *Anales de Documentación*. N.º 6 (2003), p. 187-202.

NELSON, Michael L. ; HARLOW, Mary Ann ; KVENILD, Cassandra - Implementing federated search at the University of Wyoming. *Online Mag*. Mar/Apr (2009), p. 26-31.

PANTRY, Sheila ; GRIFFITHS, Peter - *Creating a successful e-information service*. London : Facet, 2002.

PEIXOTO, Jorge – *Técnica bibliográfica : subsídio para a bibliografia portuguesa*. Coimbra : Atlântida, 1961-1962. 2 vol. (Literária Atlântida. Série Bibliográfica). 1.ª parte: Introdução. 2.ª parte: Catalogação.

PETERSEN, Anders-Henrik ; LOSE, Rikke - The danish union catalogue DanBib and library.dk : "physical" and "virtual" union catalogues. *Interlending and Document Supply*. Vol. 34, n.º 3 (2006), p. 119-124.

Portarias n.ºs 367/2007 a 377/2007, de 30 de Março. *D.R. 1.ª série*. N.º 64 (2007-03-30).

Portaria n.º 80/78, de 10 de Fevereiro. *D.R. 1.ª série*. N.º 34 (1978-02-10).

PORTUGAL. Ministério da Cultura – *Fundações* [Em linha]. Lisboa : MC, [s.d.]. [Consult. 11 Abr. 2011]. Disponível em <<http://www.portaldacultura.gov.pt/organismos/Pages/fundacoes.aspx>> (actualmente indisponível).

QUIVY, Raymond ; VAN CAMPENHOUDT, Luc - *Manual de investigação em ciências sociais*. Rev. cient. Rui Santos. 5.ª ed., rev. e aumentada. Lisboa : Gradiva, 2008.

Real Decreto 1132/2008, de 4 de Julho. *Boletín Oficial del Estado*. N.º 165 (2008-07-09), p. 29 987-29 992.

SAORÍN PÉREZ, Tomás - *Los portales bibliotecarios*. Colab. José Vicente Rodríguez Muñoz. Madrid : Arco, 2004.

SELJAK, Marta ; SELJAK, Tomaz – COBISS : National Union Catalogue, online bibliography and gateway to other resources. *New Library World*. Vol. 101, n.º 1153 (2000), p. 12-20.

STERN, David - Harvesting : power and opportunities beyond federated search. *Online Mag*. Jul/Aug (2009), p. 35-37.

TONG, Qi - Boundaries using simple APIs. *Infoday*. June (2009), p. 27-30.

TUGORES TRUYOL, Francesca ; PLANAS FERRER, Rosa - *Introducción al patrimonio cultural*. Gijón : Trea, 2006.

TURNER, Rich - The future of federated search or what will the world look like in 10 years. *Infoday*. April (2009), p. 39-41.

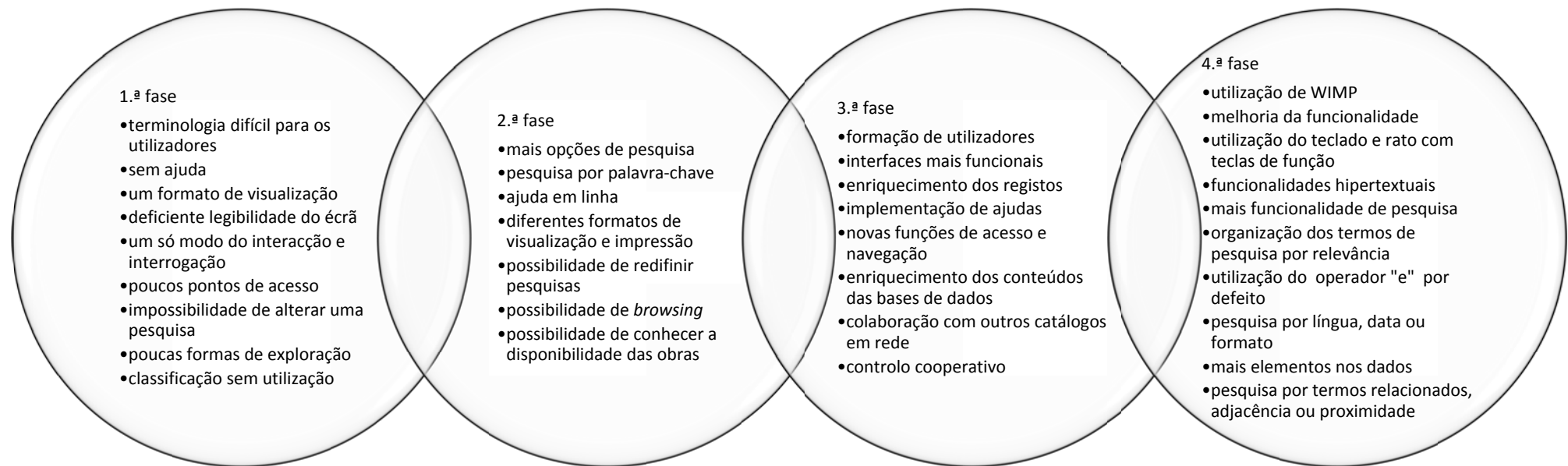
WIKIPEDIA THE FREE ENCYCLOPEDIA - *Seymour Lubetzky* [Em linha]. [S.l.] : WIKIMEDIA FOUNDATION, [s.d.]. [Consult. 18 Set. 2011]. Disponível em <[http://en.wikipedia.org/wiki/Seymour\\_Lubetzky](http://en.wikipedia.org/wiki/Seymour_Lubetzky)>.

YU, Shien-Chiang - Building an open archive union catalog for digital archives. *The Electronic Library*. Vol. 23, n.º 4 (2005), p. 410-418.

ZINK, Steven D., et al. - The @One service environment : information services for and by the millennial generation. *Reference Services Review*. Vol. 38, n.º 1 (2010), p. 108-124.

## APÊNDICES





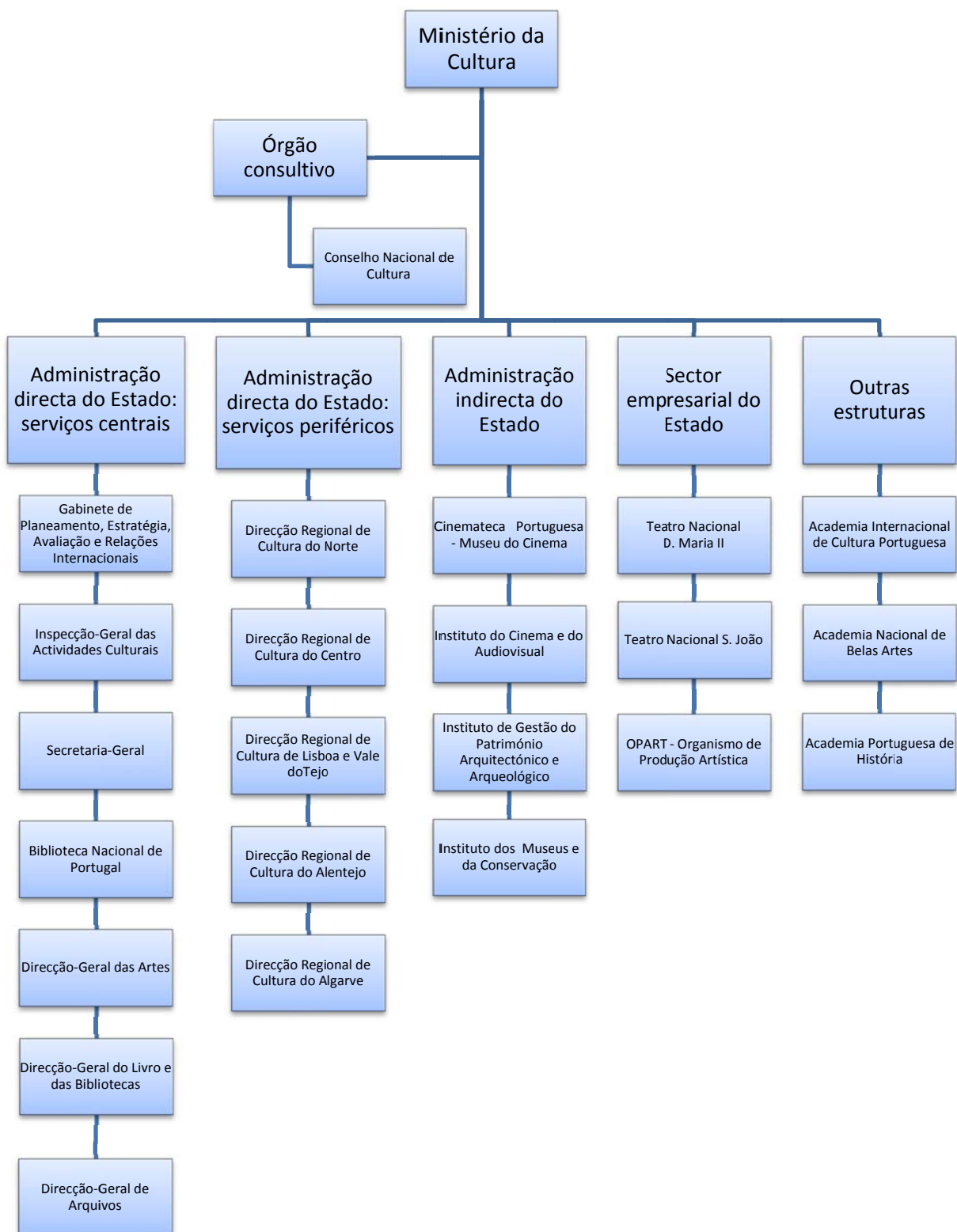


<b>Ministério da Cultura</b>	
<b>Designação dos diversos organismos</b>	<b>Prevista a existência de biblioteca?</b>

Academia Internacional da Cultura Portuguesa	Não.
Academia Nacional de Belas-Artes	Sim.
Academia Portuguesa da História	Sim.
Biblioteca Nacional de Portugal - BNP	Sim.
Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, I. P. - Cinemateca, I. P.	Sim.
Conselho Nacional de Cultura - CNC	Não.
Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo	Não.
Direcção Regional de Cultura do Alentejo	Não.
Direcção Regional de Cultura do Algarve	Não.
Direcção Regional de Cultura do Centro	Não.
Direcção Regional de Cultura do Norte	Não.
Direcção-Geral das Artes - DGARTES	Não.
Direcção-Geral de Arquivos - DGARQ	Sim.
Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas - DGLB	Não.
Fundação Arpad Szénes-Vieira da Silva	Sim.
Fundação Casa da Música	Não.
Fundação Centro Cultural de Belém	É possível.
Fundação de Arte Moderna e Contemporânea-Colecção Berardo - Fundação Colecção Berardo	Não.
Fundação de Serralves	Não.
Fundação Eça de Queiroz	Sim.
Fundação Martins Sarmiento	Sim.
Fundação Museu do Douro	Não.
Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva	Sim.
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais - GPEARl	Não.
Inspecção-Geral das Actividades Culturais - IGAC	Não.
Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P. - IGESPAR, I. P.	Sim.
Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. - ICA, I. P.	Não.
Instituto dos Museus e da Conservação, I.P. - IMC, I. P.	Sim.
Organismo de Produção Artística, Entidade Empresarial - OPART, E. P. E.	Não.
Secretaria-Geral - SG	Sim.
Teatro Nacional D. Maria II, E. P. E. - TNDM II, E. P. E.	Sim.
Teatro Nacional de S. João, E. P. E. - TNSJ, E. P. E.	Sim.









# **Questionário às bibliotecas do Ministério da Cultura**

**1.**

**O presente questionário tem como objectivos:**

- aferir as características das bibliotecas existentes nos organismos que compõem o Ministério da Cultura (MC);**
- apurar resultados que contribuam para a elaboração de um projecto de catálogo colectivo, a apresentar como projecto de dissertação no Mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.**

**Os dados obtidos são confidenciais, pelo que não serão apresentados de forma expressa.**

**A sua colaboração é fundamental para a realização deste trabalho.**

**2.**

**Identificação da biblioteca**

**Nome da biblioteca**

**Unidade orgânica a que pertence**

**Área de especialidade**

**Está aberta ao público? Se sim, a que tipo de utilizadores?**

**Nome do responsável**

**Contactos (morada, telefone, fax, e-mail, sítio na internet)**

### **3. Recursos humanos**

**Técnicos superiores com pós-graduação em Ciências Documentais**

**Técnicos superiores com outra formação: qual?**

**Técnicos profissionais**

**Administrativos**

**Outros: quais?**

**4.**  
**Fundo documental (quantificar, por favor)**

**Monografias em papel**

**Monografias electrónicas (e-book)**

**Publicações periódicas em papel**

**Publicações periódicas em linha**

**Outros documentos: quais?**

**Total de documentos**

**5.**  
**Tecnologias (quantificar e caracterizar sucintamente)**

**Postos de trabalho em rede**

**Outros postos de trabalho**

**Postos de consulta**

**Base de dados documental: qual?**

**Outras bases de dados: quais?**

**Impressoras simples**

**Impressoras multi-task**

**Scanner**

**TV**

**Outros equipamentos: quais?**

**\* 6.**

**Tratamento técnico**

- ☐ Classificação
- ☐ Indexação
- ☐ Resumos
- ☐ Analíticos
- ☐ Boletim bibliográfico

**7.**

**Serviços prestados**

- ☐ Pesquisas bibliográficas
- ☐ Divulgação de novidades por perfil
- ☐ Empréstimo
- ☐ Empréstimo interbibliotecas
- ☐ Leitura de presença
- ☐ Assinatura de revistas
- ☐ Wireless

**8.**

**Catálogo**

**Inclui toda a colecção?**

**Quantos registos tem?**

**Está automatizado?**

**Está integrado nalgum consórcio ou rede? Se sim, qual?**

**Observações:**



9.  
**Agradeço a sua colaboração.**  
**Manuela Moreira,**  
[moreira.manuela@gmail.com](mailto:moreira.manuela@gmail.com)





Nome da biblioteca	Número de lugares	Doc. emprestados em 2010	Utiliz. presenciais em 2010	Utiliz. telefone em 2010	Utiliz. e-mail em 2010
Centro doc. da DRC Algarve	2	0	6	0	0
Biblioteca Serralves	45	--	--	--	--
Centro Doc. Inform. da Cinemateca	30	5880	998	--	933
Centro Doc. da DRC Centro	4	93	124	--	--
Biblioteca de Arqueologia	30	9816	882	124	222
Biblioteca Geral	12	804	642	10	17
Sala de Leitura CCB	42	511	14754	0	--
Biblioteca da Ac. P. da Historia	7	--	9	--	--
Biblioteca do C. Doc. do TNSJ	10	--	1741	--	--
Biblioteca da FEQ	2	0	7	Vários.	Vários.
Biblioteca Central do IMC	8	677	522	c. 50	c. 20
Arquivo Musical Casa da Música	--	12	0	0	3
Biblioteca do ANTT	100	1000	1000	0	--
Biblioteca ESAD	20	459	--	--	--
Centro de Doc. Informação da SG	6	27	30	37	45
Biblioteca DRC Alentejo	7	0	60	0	0
Biblioteca-Arq. Teatro N D. Maria II	6	0	228	31	194
Biblioteca DRC Norte	6	« 100	« 100	« 100	« 100
Centro Doc. Informação - FASVS	8	82	14	--	30
<b>Total:</b>		« 19461	<b>Total:</b> « 21117	<b>Total:</b> « 352	<b>Total:</b> « 1564



<b>TAREFA</b>	<b>PRAZO (dias úteis)</b>
Tomada de decisão e pedido de aquisição, por ajuste directo	10
Nomeação de equipa de trabalho; elaboração do Caderno de Encargos	20
Envio de convite para apresentação de proposta, com Caderno de Encargos	2
Recepção e análise da proposta	5
Adjudicação e formalização do acto	2
Comunicação às bibliotecas do início do projecto	3
Elaboração dos manuais de formação	10
Instalação dos módulos no servidor da PCM	5
Importação dos registos nos vários formatos e sua conversão	5
Criação de página <i>web</i> para cada biblioteca	15
Parametrização dos vários ecrãs de pesquisa no sítio da PCM	7
Acções de formação: um dia x 19 bibliotecas = 19 dias úteis	19
Elaboração de relatório final	15
Nomeação de equipa permanente de acompanhamento	2
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>





Portal da Cultura: página web inicial



MINISTÉRIO DA CULTURA

DATA ACTUAL

PORTAL DA CULTURA

MINISTÉRIO DA CULTURA

ORGANISMOS

FUNDAÇÕES

COMUNICAÇÃO

AGENDA CULTURAL

SERVIÇOS

PROGRAMAS E APOIOS

LIGAÇÕES ÚTEIS

LOJAS

ORGANISMOS

TODOS



Ministério da Cultura



Ministério da Cultura

**Academia Internacional de Cultura Portuguesa**  
**Presidente:** Prof. Doutor Adriano Moreira  
**Vice-Presidente:** Dr. Carlos Monjardino  
**Vice-Presidente:** Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida  
**Morada:** Rua das Portas de Santo Antão, 100 1150-269 Lisboa  
**Telefone:** 213 421 081  
**Fax:** 213 421 033  
**Email:** [aicportuguesa@clix.pt](mailto:aicportuguesa@clix.pt)

**Academia Nacional de Belas Artes**  
**Presidente:** Prof. Arquitecto Augusto Pereira Brandão  
**Vice-Presidente:** Dr. António Valdemar  
**Morada:** Lg. da Academia Nacional de Belas Artes 1200-005 Lisboa  
**Telefone:** 213 467 091  
**Fax:** 213 467 091  
**Email:** [geral@academiabelasartes.pt](mailto:geral@academiabelasartes.pt)

**TEMAS**

[Academias](#)

[Arquivos e Bibliotecas](#)

[Artes do Espetáculo](#)

[Artes Visuais](#)

[Cinema e Audiovisual](#)

[Direcções Regionais](#)

[Livro e Leitura](#)

[Património](#)

[Suporte 3](#)



60  
ANOS  
UNIVERSAL  
DECLARATION  
OF HUMAN









GOVERNO DE  
PORTUGAL  
  
SECRETÁRIO DE ESTADO  
DA CULTURA



INSTITUTO DE GESTÃO  
DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO  
E ARQUEOLÓGICO

PESQUISA:

OK

English Version



HOME | APRESENTAÇÃO | PATRIMÓNIO | ÁREA DO CIDADÃO | PUBLICAÇÕES | AGENDA | NOTÍCIAS | MONUMENTOS | APRENDER COM O PATRIMÓNIO

### Biblioteca Geral

A Biblioteca Geral do IGESPAR tem origem nas colecções das instituições precedentes, nomeadamente o IPPC e o IPPAR. Também tem obras oriundas da Inspeção-Geral de Bibliotecas e Arquivos Públicos, Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, Serviços de Bibliotecas e Arquivos, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes e da Direcção-Geral do Património Cultural.

Todos os utilizadores podem fazer leitura presencial e reproduções (fotocópias). O empréstimo está reservado aos funcionários e colaboradores.

O acesso às estantes é directo.

Consulte aqui o catálogo automatizado - [Bibliobase](#).

Consulte aqui o [Boletim Bibliográfico](#) que, para além das novidades, inclui os índices das publicações mais recentes.

Possibilidade de utilização de computador portátil.

ÁREA DO CIDADÃO

NOVA DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

UTILIZAR OS MONUMENTOS

COMO INVENTARIAR O PATRIMÓNIO

FORMULÁRIOS/CIRCULARES

PROTEJA O PATRIMÓNIO/RECLAMAÇÕES/SUGESTÕES

FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL

LEGISLAÇÃO

Sítio do IGESPAR: página web da Biblioteca Geral


GOVERNO DE  
PORTUGAL  
SECRETÁRIO DE ESTADO  
DA CULTURA


INSTITUTO DE GESTÃO  
DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO  
E ARQUEOLÓGICO





### Pesquisa Simples

Avançada
**Simples**
Índices
Percorrer
Novidades
Histórico
Configurar

Operador	Índice	Termo de pesquisa		
	Autor		A...Z	<input checked="" type="checkbox"/>
ou	Título		A...Z	<input checked="" type="checkbox"/>
ou	Assunto		A...Z	<input checked="" type="checkbox"/>
ou	Data Publicação		A...Z	<input checked="" type="checkbox"/>
ou	Palavra		A...Z	<input checked="" type="checkbox"/>

Pesquisar
Limpar

▼ Ocultar (Opções de configuração)

Base de dados
Biblioteca Geral

Pesquisa Multibase [3]
☐ Sim
☒ Não



GOVERNO DE  
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO  
DA CULTURA

**iges**  
**par**

INSTITUTO DE GESTÃO  
DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO  
E ARQUEOLÓGICO

PESQUISA:

OK

English Version



[HOME](#) | [APRESENTAÇÃO](#) | [PATRIMÓNIO](#) | [ÁREA DO CIDADÃO](#) | [PUBLICAÇÕES](#) | [AGENDA](#) | [NOTÍCIAS](#) | [MONUMENTOS](#) | [APRENDER COM O PATRIMÓNIO](#)

### Biblioteca de Arqueologia

A Biblioteca de Arqueologia (BA) herdou o espólio do Instituto Português de Arqueologia. Este era, na sua maior parte, oriundo do Instituto Arqueológico Alemão, que o cedeu, em regime de comodato, ao Estado Português, aquando da extinção da sua delegação de Lisboa, em 1999.

**Domínio temático e público-alvo**

A BA é especializada nas diversas áreas da Arqueologia, tendo como público-alvo investigadores, professores, estudantes universitários ou pós-universitários e profissionais da área.

**Acervo**

O acervo possui perto de 55.000 registos bibliográficos, divididos por cerca de 1.400 títulos de periódicos (metade dos quais activos e actualizados), 23.000 títulos de analíticos e 30.000 títulos monográficos.

Consulte aqui o catálogo bibliográfico informatizado - [Bibliobase](#) .

**ÁREA DO CIDADÃO**

NOVA DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

---

UTILIZAR OS MONUMENTOS

---

COMO INVENTARIAR O PATRIMÓNIO

---

FORMULÁRIOS/CIRCULARES

---

PROTEJA O PATRIMÓNIO/RECLAMAÇÕES/SUGESTÕES

---

FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL

---

LEGISLAÇÃO

Ministério da Cultura

Quinta-feira, 14 de Setembro de 2012

MINISTÉRIO DA CULTURA

ORGANISMOS

FUNDAÇÕES

COMUNICAÇÃO

AGENDA CULTURAL

SERVIÇOS

PROGRAMAS E APOIOS

LIGAÇÕES ÚTEIS

LOJAS

## BIBLIOTECAS

### CATÁLOGO COLECTIVO DAS BIBLIOTECAS DO MINISTÉRIO DA CULTURA

O catálogo colectivo do Ministério da Cultura foi criado em 2010, na sequência de um levantamento sobre as bibliotecas existentes naquele universo. Verificou-se a pertinência da sua criação, pelo que em 2011 foi implementado. Até à presente data são 19 as bibliotecas que o constituem, estando previstas mais adesões até ao final do ano.

Com esta ferramenta pretende-se que o utilizador pesquise, num só gesto, os vários catálogos existentes. Pretende-se facilitar a pesquisa de informação, não só no que diz respeito aos catálogos mas também quanto às páginas web, que permitem conhecer os diversos organismos que constituem o universo das bibliotecas do Ministério da Cultura.

Cabe à Secretaria-Geral a gestão desta aplicação, pelo que novas adesões e dúvidas poderão ser colocadas através de [sec\\_geral@seccultura.pt](mailto:sec_geral@seccultura.pt).

**Acesso ao catálogo colectivo**

**TEMAS**

[Academias](#)

[Arquivos e Bibliotecas](#)

[Artes do Espetáculo](#)

[Artes Visuais](#)

[Cinema e Audiovisual](#)

[Direcções Regionais](#)

[Livro e Leitura](#)

[Património](#)

[Suporte à Governação](#)

Projecto: página web do catálogo colectivo

Sexta-feira, 14 de Setembro de 2012

**MC**  
MINISTÉRIO DA CULTURA

MINISTÉRIO DA CULTURA  
ORGANISMOS  
FUNDAÇÕES  
COMUNICAÇÃO  
AGENDA CULTURAL  
SERVIÇOS  
PROGRAMAS E APOIOS  
LIGAÇÕES ÚTEIS  
LOJAS

## BIBLIOTECAS

### PESQUISA SIMPLES

em

**PESQUISA** **LIMPAR** **PESQUISA AVANÇADA**

Ligações a outros catálogos portugueses

Ligações a Catálogos de Outros Países

**TEMAS**  
[Academias](#)  
[Arquivos e Bibliotecas](#)  
[Artes do Espetáculo](#)  
[Artes Visuais](#)  
[Cinema e Audiovisual](#)  
[Direcções Regionais](#)  
[Livro e Leitura](#)  
[Património](#)

Projecto: página web do catálogo colectivo – pesquisa simples

**MC**  
MINISTÉRIO DA CULTURA

↘ PESQUISA

**RESULTADOS**

<input type="checkbox"/>	Françoise Choay	A regra e o modelo	2007
<input type="checkbox"/>	Françoise Choay	A alegoria do património	2002

Projecto: página *web* do catálogo colectivo – pesquisa simples, resultados



MC

MINISTÉRIO DA CULTURA

Sexta-feira, 14 de Setembro de 2012

↘ BIBLIOTECAS

RESULTADOS

A regra e o modelo / Françoise Choay.- Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2002.- 318 p. - 25 cm.-  
ISBN 978-989-8010-77-3

Localização

Biblioteca Geral do IGESPAR

Biblioteca de Arqueologia do IGESPAR

Ver Catálogo

Ver Catálogo

## ↳ BIBLIOTECAS

### RESULTADOS

**A regra e o modelo** / Françoise Choay.- Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2002.- 318 p. - 25 cm.-

ISBN 978-989-8010-77-3

Localização  
Biblioteca Geral do IGESPAR

[Ver Catálogo](#)

LOCALIZAÇÃO	COTA	ESTADO	TIPO DE EMPRÉSTIMO
Biblioteca Geral do IGESPAR	PAR852	Disponível	Leitura de presença

Biblioteca de Arqueologia do IGESPAR

[Ver Catálogo](#)

LOCALIZAÇÃO	COTA	ESTADO	TIPO DE EMPRÉSTIMO	DE
Biblioteca de Arqueologia do IGESPAR	CHO321	Emprestado	Empréstimo normal	

MINISTÉRIO DA CULTURA

Sexta-feira, 14 de Setembro de 2012

INÍCIO | CONTACTOS | MAPA DO SÍTIO | AVISOS LEGAIS | ENGLISH VERSION

MINISTÉRIO DA CULTURA

ORGANISMOS

FUNDAÇÕES

COMUNICAÇÃO

AGENDA CULTURAL

SERVIÇOS

PROGRAMAS E APOIOS

LIGAÇÕES ÚTEIS

LOIAS

## PESQUISA

### PESQUISA AVANÇADA

em Todas as Bibliotecas

Palavra Chave:

Autor:

Título:

Assunto:

Documento de Origem:

Local de publicação:

Editora:

Ano de publicação:  de:  a

Tipo de Documento: Todos

Ver resultados em Lista: 10

#### TEMAS

[Academias](#)

[Arquivos e Bibliotecas](#)

[Artes do Espetáculo](#)

[Artes Visuais](#)

[Cinema e Audiovisual](#)

[Direcções Regionais](#)

[Livro e Leitura](#)

[Património](#)

[Suporte à Governação e Gestão](#)

Projecto: página web do catálogo colectivo – pesquisa avançada

MC  
MINISTÉRIO DA CULTURA

Sexta-feira, 14 de Setembro de 2012

## ▢ BIBLIOTECAS

### RESULTADOS

**A alegoria do património** / Françoise Choay.- Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2002.- 272 p.- 21 cm.-

ISBN 978-989-8010-77-3

Localização	
Biblioteca Geral do IGESPAR	<a href="#">Ver Catálogo</a>
Biblioteca de Arqueologia do IGESPAR	<a href="#">Ver Catálogo</a>

## BIBLIOTECAS

### RESULTADOS

**A alegoria do património** / Françoise Choay.- Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2002.- 272 p.- 21 cm.-

ISBN 978-989-8010-77-3

#### Localização

Biblioteca Geral do IGESPAR

[Ver Catálogo](#)

LOCALIZAÇÃO	COTA	ESTADO	TIPO DE EMPRÉSTIMO
Biblioteca Geral do IGESPAR	PAR852	Disponível	Leitura de presença

Biblioteca de Arqueologia do IGESPAR

[Ver Catálogo](#)

LOCALIZAÇÃO	COTA	ESTADO	TIPO DE EMPRÉSTIMO	DE
Biblioteca de Arqueologia do IGESPAR	CHO321	Emprestado	Empréstimo normal	


## ANEXOS












GOBIERNO DE ESPAÑA
MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE
SECRETARÍA DE ESTADO DE CULTURA


Contacte | Mapa web


Ministerio
**Áreas**
Servicios
Prensa
Agenda
+Cultura
Buscar


## Áreas de Actividad



**Archivos.**  
Estructura de los órganos competentes, herramientas y otros recursos dedicados al tratamiento, control, preservación y difusión del Patrimonio Documental Español. »



**Artes Escénicas y Música.**  
Información sobre organismos, centros y recursos para la promoción, fomento y difusión del teatro, la danza, el circo y la música en España. »



**Bibliotecas.**  
Servicios y herramientas del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte dirigidos a la gestión bibliotecaria y al conocimiento de recursos informativos y culturales. »



**Cine y Audiovisuales.**  
Área dedicada a la conservación, fomento y promoción de los sectores cinematográfico y audiovisual. Información sobre ayudas, festivales y acceso a la actualidad cinematográfica. »



**Cooperación Cultural y Promoción Exterior.**  
Área dedicada a la promoción y difusión de la Cultura Española y de los valores e identidad de las Comunidades Autónomas en los ámbitos nacional e internacional. »



**Fundaciones.**  
Organismos y mecanismos de tutela y protección del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte que garantizan el cumplimiento de la voluntad fundacional, plasmada en una finalidad de interés general. »



**Industrias Culturales.**  
Información sobre las industrias culturales en España: gestión, funcionamiento, legislación, convenios, ayudas, subvenciones, financiación, becas, premios... »



**GIEC**  
**Infraestructuras y Equipamientos.**  
Ejecución de infraestructuras y equipamientos del patrimonio inmobiliario. »


**Libro, Lectura y Letras.**  
Actividades, información y herramientas para el fomento del hábito de la lectura, la promoción del libro, y el impulso de la creación literaria en España. »


**Museos.**  
Información acerca de los museos gestionados por el Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Acceso a herramientas y otros recursos para la regulación, promoción y fomento de los museos españoles. »



**Patrimonio Histórico.**  
Actividades, programas y medios con los que cuenta el Ministerio de Educación, Cultura y Deporte para preservar, potenciar y dar a conocer el Patrimonio Histórico Español. »


**Promoción del Arte.**  
Información sobre organismos y recursos disponibles para realización de actividades encaminadas a la difusión y promoción de las artes plásticas y visuales. »


**Propiedad Intelectual.**  
Contenidos sobre organismos, recursos y herramientas disponibles acerca de la

 Escuchar






GOBIERNO DE ESPAÑA  
MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE  
SECRETARÍA DE ESTADO DE CULTURA

Contacte | Mapa web


Ministerio
Áreas
Servicios
Prensa
Agenda
+Cultura

Buscar



Bibliotecas


[Inicio](#) > [Áreas](#) > [Bibliotecas](#)


 Escuchar


Información general
Cooperación
Bibliotecas de Titularidad Estatal
Servicios y catálogos de bibliotecas públicas
Directorio de las Bibliotecas Españolas
Bibliotecas Públicas Españolas en cifras
Patrimonio bibliográfico
Bibliotecas digitales
Recursos profesionales

**SERVICIOS AL CIUDADANO BIBLIOTECAS**


- > Becas, ayudas y subvenciones
- > Empleo público
- > Estadísticas
- > Legislación
- > Publicaciones


 [Contacte con Bibliotecas](#)



**VI Congreso Nacional de Bibliotecas Públicas**  
Os recordamos que sigue abierto el plazo de inscripción para el VI Congreso Nacional de Bibliotecas Públicas, que se celebrará entre los días 9 a 11 de octubre. »


**Implantación de Koha-Kobli en las bibliotecas de la Administración General del Estado**  
Los Opac Kobli de las Bibliotecas de la Administración General del Estado salen a la luz. »



**Curso y estancias para profesionales de bibliotecas de Iberoamérica, 2012**  
Información sobre las actividades formativas para profesionales, que tendrán lugar del 29 de octubre al 23 de noviembre de 2012. »



**22 hermanamientos en el Programa Sister Libraries de NAPLE**  
Se han alcanzado los 22 hermanamientos en el programa de Sister Libraries de NAPLE (National Authorities on Public Libraries in Europe), que se coordina desde la Subdirección. »



**Koha-Kobli 1.8.1**  
Ya está disponible para su descarga Kobli 1.8.1, Sistema Integrado de Gestión Bibliotecaria basado en Koha 3.8. »



**Blog Bibliotecas Interculturales y Accesibles**  
Nuevo blog de Bibliotecas Interculturales y Accesibles, del Grupo de trabajo de Interculturalidad y Accesibilidad en Bibliotecas del Consejo de Cooperación Bibliotecaria. »

**ESPAÑA SPAINES IS CULTURA CULTURE**  
Portal de Promoción de las Culturas de España

Directorio de bibliotecas españolas


Hispana


Kobli - Sistema Integrado de Gestión Bibliotecaria en fuentes abiertas


Catálogo Colectivo del Patrimonio Bibliográfico Español


**SERVICIOS BIBLIOTECARIOS**

[Travesía.](#)





GOBIERNO DE ESPAÑA



MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE



SECRETARÍA DE ESTADO DE CULTURA

Contacte | Mapa web

Ministerio

Áreas

Servicios

Prensa

Agenda

+ Cultura

Buscar



Organigrama del Ministerio

[Inicio](#) > [Organigrama del Ministerio](#) > [Organización](#)

 Escuchar

Organización

- Organigrama
  - Subsecretaría
  - Secretaría de Estado de Cultura
  - Secretaría de Estado de Educación, Formación Profesional y Universidades
  - Consejo Superior de Deportes
- Órganos colegiados
- Gestión autonómica
- Líneas de actuación
- Enlaces institucionales

Organigrama del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte



```
graph TD; MINISTRO[MINISTRO] --- Gabinete[Gabinete]; MINISTRO --- SUBSECRETARÍA[SUBSECRETARÍA]; MINISTRO --- SECRETARÍA_DE_ESTADO_DE_CULTURA[SECRETARÍA DE ESTADO DE CULTURA]; MINISTRO --- SECRETARÍA_DE_ESTADO_DE_EDUCACIÓN[SECRETARÍA DE ESTADO DE EDUCACIÓN, FORMACIÓN PROFESIONAL Y UNIVERSIDADES]; MINISTRO --- CONSEJO_SUPERIOR_DE_DEPORTES[CONSEJO SUPERIOR DE DEPORTES];
```

 Pulse dentro de la celda correspondiente al organigrama que desea consultar.

 [Real Decreto 257/2012, de 27 de enero, por el que se desarrolla la estructura orgánica básica del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.](#) (Pdf: 354Kb)











GOBIERNO DE ESPAÑA



MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE



SECRETARÍA DE ESTADO DE CULTURA

Contacte | Mapa web

Ministerio **Áreas** Servicios Prensa Agenda +Cultura

Buscar



# Bibliotecas

[Inicio](#) > [Áreas](#) > [Bibliotecas](#)

 Escuchar

- » Información general
- » Cooperación
- Bibliotecas de Titularidad Estatal**
- » Servicios y catálogos de bibliotecas públicas
- » Directorio de las Bibliotecas Españolas
- » Bibliotecas Públicas Españolas en cifras
- » Patrimonio bibliográfico
- » Bibliotecas digitales
- » Recursos profesionales

**SERVICIOS AL CIUDADANO BIBLIOTECAS**

- » Becas, ayudas y subvenciones
- » Empleo público
- » Estadísticas
- » Legislación
- » Publicaciones

Contacte con Bibliotecas

## Bibliotecas de Titularidad Estatal

La Constitución, en su artículo 149.1.28, otorga al Estado competencia exclusiva sobre las bibliotecas de su titularidad, sin perjuicio de su gestión por parte de las comunidades autónomas.

Por su parte, el artículo 61.3 de la Ley 16/1985, de 25 de Junio, del Patrimonio Histórico Español establece que la Administración del Estado promoverá la comunicación y coordinación de todas las bibliotecas de titularidad estatal existentes en el territorio español.

El artículo 14.3 d) de la Ley 10/2007, de 22 de Junio, de la lectura, del libro y de las bibliotecas, renueva y amplía el mandato del artículo 61.3 de la Ley 16/1985, al establecer que el Ministerio de Educación, Cultura y Deporte desarrollará, entre otras funciones, la de "normalización y coordinación de la actuación de las bibliotecas y unidades relacionadas con ellas que sean de titularidad de la Administración General del Estado y sus organismos públicos", estableciendo para ello, reglamentariamente, "los mecanismos de dicha normalización".

El Real Decreto 1572/2007, de 30 de noviembre, por el que se regulan los órganos de coordinación de las bibliotecas de la Administración General del Estado y de sus organismos públicos, da cumplimiento a este mandato.

Toda la información sobre las actividades que se llevan a cabo en el marco de estos mecanismos de coordinación se puede encontrar en el sitio web de las bibliotecas de la Administración General del Estado y sus organismos públicos.

Acceso a la web de las bibliotecas de la Administración General del Estado 




GOBIERNO DE ESPAÑA

MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE

SECRETARÍA DE ESTADO DE CULTURA

Contacte | Mapa web

Ministerio
Áreas
Servicios
Prensa
Agenda
+Cultura



Bibliotecas

[Inicio](#) > [Áreas](#) > [Bibliotecas](#)

Escuchar

Información general
Cooperación
Bibliotecas de Titularidad Estatal
**Servicios y catálogos de bibliotecas públicas**
Directorio de las Bibliotecas Españolas
Bibliotecas Públicas Españolas en cifras
Patrimonio bibliográfico
Bibliotecas digitales
Recursos profesionales

**SERVICIOS AL CIUDADANO BIBLIOTECAS**

- > Becas, ayudas y subvenciones
- > Empleo público
- > Estadísticas
- > Legislación
- > Publicaciones

Contacte con Bibliotecas

## Servicios y catálogos de bibliotecas públicas

Con la finalidad de desarrollar y modernizar los servicios bibliotecarios de manera que cada vez lleguen a un mayor número de ciudadanos, el Ministerio de Educación, Cultura y Deporte dirige sus actuaciones a poner a disposición de las bibliotecas públicas un conjunto de aplicaciones que sirven para ofrecer información en la red tanto de sus colecciones y actividades como de sus servicios.


**Catálogos de bibliotecas públicas**

Permite el acceso a las colecciones de 52 Bibliotecas Públicas del Estado (BPE) y de 15 redes de bibliotecas públicas de Comunidades Autónomas (Andalucía, Aragón, Cantabria, Castilla-La Mancha, Castilla y León, Comunidad de Madrid, Comunidad Valenciana, Extremadura, Galicia, La Rioja, Navarra, País Vasco (2), Principado de Asturias y Región de Murcia).


**Rebeca, registros bibliográficos para bibliotecas**

Proyecto de catalogación cooperativa entre las Bibliotecas Públicas del Estado y las bibliotecas centrales de las Comunidades Autónomas que sirve de fuente de recursos bibliográficos para apoyo y mantenimiento normalizado de los catálogos automatizados.


**Pregunte, las bibliotecas responden**

Servicio de información público en línea, gestionado de forma cooperativa entre bibliotecas públicas de las diferentes Comunidades Autónomas. Está abierto a todos los ciudadanos y contesta tanto a través de correo electrónico como vía chat.


**Sedes web de las bibliotecas públicas**

Enlace a las distintas sedes web de las bibliotecas públicas, con acceso al catálogo, a su programación de actividades, y en general, a toda aquella información destinada a sus usuarios. La sección "De cero a dieciocho" permite el acceso a un espacio específico para niños y jóvenes.


**Arquitectura y bibliotecas**

Base de datos de edificios de bibliotecas públicas e itinerarios visuales arquitectónicos, geográficos, históricos o culturales de su entorno.





GOBIERNO DE ESPAÑA



MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE



SECRETARÍA DE ESTADO DE CULTURA

Contacte | Mapa web

Ministerio **Áreas** Servicios Prensa Agenda +Cultura



# Bibliotecas

[Inicio](#) > [Áreas](#) > [Bibliotecas](#)

 Escuchar

- Información general
- Cooperación
- Bibliotecas de Titularidad Estatal
- Servicios y catálogos de bibliotecas públicas
- Directorio de las Bibliotecas Españolas
- Bibliotecas Públicas Españolas en cifras**
- Patrimonio bibliográfico
- Bibliotecas digitales
- Recursos profesionales

**SERVICIOS AL CIUDADANO BIBLIOTECAS**

- > Becas, ayudas y subvenciones
- > Empleo público
- > Estadísticas
- > Legislación
- > Publicaciones

 [Contacte con Bibliotecas](#)

## Las Bibliotecas Públicas Españolas en cifras

Las bibliotecas públicas son instituciones cada vez más presentes en la vida de todas las comunidades, ofreciendo sus servicios a la totalidad de los ciudadanos y proporcionando acceso a cualquier tipo de información para muy diversos fines.

**Bibliotecas públicas españolas en cifras**

La presente publicación pretende dar cuenta de la situación bibliotecaria española y valorar el nivel de desarrollo alcanzado por estas bibliotecas. »

**Panorámica de las 52 Bibliotecas Públicas del Estado**

El objetivo de la publicación de estos datos aspira a ser una referencia informativa que de cuenta de cómo crece, funciona y sirve a los ciudadanos esta red bibliotecaria estatal. »